



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 041/042

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE ABRIL DE 2008

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democrata

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 041

39ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Requerimentos 04

Pequeno Expediente:

Dep. Ribas Carli Filho 05

Dep. Professor Luizão..... 06

Dep. Ney Leprevost 06

Dep. Stephanes Júnior..... 08

Dep. Dobrandino da Silva..... 09

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 10

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 13

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost..... 08

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto 11

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró..... 15

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 16

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse 18

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 19

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 21

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel22

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli23

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão/Votação

Redação Final24

3ª Discussão25

2ª Discussão25

Requerimentos28

Encerramento da Sessão30

DIÁRIO Nº 042

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....31

Presenças.....31

Abertura da Sessão31

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

1ª Discussão32

Encerramento da Sessão35

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT35

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 041

39ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Requerimentos.....04

Pequeno Expediente:

Dep. Ribas Carli Filho.....05

Dep. Professor Luizão06

Dep. Ney Leprevost.....06

Dep. Stephanes Júnior08

Dep. Dobrandino da Silva09

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto10

Dep. Luiz Eduardo Cheida13

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost08

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto.....11

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 15

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 16

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse 18

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 19

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 21

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 22

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 23

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão/Votação

Redação Final..... 24

3ª Discussão 25

2ª Discussão 25

Requerimentos..... 28

Encerramento da Sessão 30

DIÁRIO Nº 041

39ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Accorsi, Artagão Júnior, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins e Reni Pereira (09).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Nishimori (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 30/04/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 974

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que autorizado à reserva do grande expediente da Sessão Plenária do dia 12/05/08, que será tratado sobre os 15 anos de privatização do setor de fertilizantes, onde também fará o uso da palavra Sr. Paulo Roberto Fier - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica do Estado do Paraná.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 30/04/08.

(a) PEDRO IVO

REQUERIMENTO Nº 969

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Carlos Gomes, ocorrido dia 27/04/08.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 30/04/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 66 anos de idade faleceu no dia 27/04/08 o Sr. Antonio Carlos Gomes. Deixou viúva a Sra. Nadir de Abreu Gomes, deixou ainda 04 filhos e 05 netos.

O Sr. Antonio Carlos Gomes (Careca como era conhecido pelos corredores da Assembléia), além de um grande amigo foi correligionário deste Parlamentar, exerceu em várias campanhas a confecção dos adesivos da propaganda Parlamentar.

Seu passamento de Antonio Carlos Gomes veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas seus colegas e amigos dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Aceite, pois, dileto amigo Antonio Carlos Gomes, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gomes, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 973

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eugenio Gruchovski, ocorrido no último dia 24 de abril.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à sua mãe, Sra. Olga Gruchovski, em Roncador.

Sala das Sessões, em 30/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares do Sr. Eugenio Gruchovski nossos pêsames pela sua partida, ocorrido no último dia 24/04/08, que deixa eternas saudades.

Integrante de família tradicional de Roncador, o Sr. Eugenio era um trabalhador do comércio local, estava separado e deixou 2 (dois) filhos que vivem em Maringá com a mãe.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 972

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente ao Ministro da Educação, encaminhando xerocópia das notas taquigráficas do discurso do dia 29 do corrente mês, referente aos graves problemas que ocorrem no colégio Instituto de Educação do município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30/04/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 971

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, Aírton Pissetti, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes a Lei nº 15455 de 15/01/07, que determina que os custos relacionados à produção, divulgação e veiculação de todo material publicitário do Governo do Estado do Paraná sejam evidenciados na própria veiculação.

- Foram firmados contratos de publicidade após a vigilância da referida lei?

- Com quais veículos de comunicação foram firmados os contratos e quais os valores dos mesmos?

- Anexar cópia de todos esses contratos, veículo por veículo;

- Qual foi a forma de divulgação dos custos dessas publicidade?

Sala das Sessões, em 30/04/08.

(a) JOCELITO CANTO

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Ribas Carli.

Deputado Ribas Carli Filho (PSB)

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que acompanham a Sessão Plenária.

É sabido de todos, nesta Casa de Leis, o descaso existente com os requerimentos, principalmente de pedidos de informações que são feitos ao Governo do Estado. Pois bem, há alguns meses atrás este Parlamentar fez um pedido de informações ao DETRAN para que tivéssemos um esclarecimento maior a respeito da arrecadação, dos gastos, de que maneira o DETRAN arrecadava, de que forma administrava esse dinheiro. No momento que fiz este requerimento fiz de uma forma clara, de uma forma cristalina para que qualquer cidadão competente que hoje atua no DETRAN pudesse responder se a arrecadação, aquelas taxas pagas no momento em que eram tiradas as CNHs, se eram pelos exames, se eram por multas, enfim, as divisões dentro do DETRAN, o peso de cada arrecadação e de que maneira isso tinha impacto no estado do Paraná.

É de conhecimento de todos que no final do ano passado o DETRAN fez um repasse de muitos milhões de reais ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná. Não me oponho, não tenho problema algum quanto a isso. Se está sobrando dinheiro e se este dinheiro pode ser investido em estradas, pode ser investido na melhoria da qualidade de vida do cidadão paranaense, acredito que é dessa forma que deve ser feito. Mas no momento, Sr. Presidente, em que fizemos o requerimento, ele estava muito claro, reitero aqui, e a resposta que veio do Governo veio de uma maneira muito primária. V. Exas. podem reparar aqui, vieram os gastos de 2000 a 2007, da maneira que este Deputado requisitou, mas vieram dessa forma: Serviços do DETRAN, outras receitas e total anual. Um quadro realmente primário, nem em forma de planilha ele foi exemplificado. Quer dizer, serviços, total do DETRAN em 2007: 304 milhões, serviços DETRAN: 284 milhões; outras receitas: 29 milhões. Que tipo de esclarecimento é esse, Srs. Deputados? Queremos saber exatamente o que foi arrecadado e de que forma foi arrecadado pelo DETRAN do estado do Paraná!

Então, fica aqui meu protesto e temos alguns Deputados que podem responder aqui pelo Governo. Vou refazer este requerimento, vou ter essa benevolência com o Governo, vamos refazer este requerimento para que, numa segunda vez, tenhamos as informações de uma forma correta. Não sei quais foram os técnicos que assinaram, até porque não está assinado. Está assinado pelo Coronel David Antonio Pancot, por quem tenho muito respeito. Mas tenho certeza que não foi pelo Diretor Geral do DETRAN que isso foi resolvido, esse problema não foi respondido diretamente por ele, nem deveria, temos pessoas competentes para que essas respostas possam ser feitas.

Mas vou refazer esse requerimento, talvez de uma forma mais clara, mais clara ainda do que estava, e quem sabe da próxima vez eu precise desenhar o requerimento para que possamos ter as informações que precisamos.

No momento em que há o repasse de dinheiro para outros órgãos do estado do Paraná, acho que é justo, é nosso direito e do cidadão paranaense saber de que forma o DETRAN arrecada.

Todos sabemos que existe muito dinheiro, arrecada-se muito dinheiro, é comparado ao orçamento de grandes cidades do Paraná, hoje.

Quero saber, este Deputado que vos fala tem o direito de saber. Vou fazer o requerimento, é uma dúvida que eu tenho. Pena que o Líder do Governo não está presente, que tem sido muito cortês nos requerimentos que foram feitos, mas quero entregar ao Deputado Dobrandino ou ao Deputado Cheida, que fazem parte do Governo aqui do PMDB, para que possam ver de que maneira foi respondido. Realmente foi um descaso com este Deputado e com esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Faço uso desta tribuna para comentar sobre os estragos da chuva que aconteceram antes de ontem e ontem. Lamentavelmente causou muitos prejuízos a moradores, principalmente da região metropolitana, mais especificamente falo de Pinhais.

Muitas vezes os alagamentos também são causados por irresponsabilidade de pessoas que jogam lixo na rua, nos terrenos baldios, nos rios, e isso acaba virando contra o próprio morador. Esse lixo vai entupir os bueiros e vai causar os alagamentos.

Não podemos esquecer que o Poder Público tem que estar atento a essas questões e estar sempre trabalhando na prevenção, considerando que um dia o alagamento pode acontecer. Muitas vezes, Deputada Beti Pavin, V. Exa. que foi Prefeita de Colombo, sabe que às vezes passa seis meses, um ano sem dar uma chuva forte. Mas uma hora ela vem e aí os estragos acontecem, como ontem aconteceu, infelizmente. Visitei vários bairros da minha cidade de Pinhais e muitos prejuízos aconteceram. Famílias ali que tiveram as suas casas alagadas em diversas regiões próximas aos rios. Mas por que isso? Porque praticamente há oito anos não se faz um trabalho de prevenção, os rios que passam pelo nosso município, que também passam em Colombo, rio Atuba, rio Palmital e o rio Iraí, passam em Pinhais e eles há muito tempo não recebem uma limpeza, uma recuperação, uma dragagem.

Lembro que quando V. Exa. foi Prefeita fez uma dragagem no rio Palmital, ali em Colombo. Mas quando chegou em Pinhais, onde não é feito nenhum tipo de trabalho há muito tempo, a água vem e ela tem que ir para algum lugar. Ela acaba infelizmente indo para as ruas e para as casas das pessoas.

Lamento também quando, no ano passado, o Deputado Federal Ângelo Vanhoni que foi membro desta Casa, conseguiu liberar uma emenda parlamentar de R\$ 240 mil para macrodrenagem do município de Pinhais.

Por incrível que pareça, o Prefeito recusou, não foi buscar o dinheiro. Só 240 mil! Mas dava para provavelmente, pelo menos num bairro ou dois, livrar do alagamento a população.

Um investimento que vinha para o município.

Então, acho que a responsabilidade, têm que cada vez mais os moradores tomarem consciência de que é preciso reciclar o lixo, é colocar no lugar adequado. O Poder Público tem que estar trabalhando esta questão, recuperando nossos rios. Não podemos abandonar nossos rios, porque eles estiveram sempre ali, vão continuar estando ali. Então, se estiverem limpos, dragados, recuperados, vão contribuir quando vir um volume maior de água para escoar com mais facilidade.

É responsabilidade dos nossos Prefeitos estarem sempre atentos a esta questão. Passam seis meses, um ano, não tem uma chuva forte, mas uma hora ela vem, como aconteceu antes de ontem e ontem. E infelizmente, quem sofre o prejuízo é o morador, é aquele que menos tem, infelizmente. O pouco que tem ainda tem o prejuízo de ter sua casa alagada, perder seus móveis, porque ele mora, geralmente, no lugar mais inadequado. Lamentamos isto.

Espero que com os recursos que conseguimos incluir no PAC para Pinhais, Piraquara está fazendo obras, está recuperando a região de Guarituba, são mais de 100 milhões do Governo Federal. Em Pinhais, conseguimos, através da COHAPAR, incluir R\$ 36,9 milhões para as áreas de ocupações irregulares. Acredito que é uma grande oportunidade para o nosso município, sabendo aproveitar este momento, agilizar os projetos para podermos dar uma condição mais adequada de moradia para estas pessoas. E os recursos são do Governo Federal.

Agora, é evidente, tem que agilizar os projetos, agilizar também na COHAPAR, porque como ela cuida de muitos municípios no Paraná, muitas vezes não tem a agilidade necessária para aproveitar os recursos disponíveis e poder recuperar essas regiões e dar uma qualidade de vida melhor para as pessoas.

Gostaria de chamar a atenção em relação a isto, que temos que estar atentos a estas questões e estarmos sempre prevendo que uma hora pode acontecer a chuva forte e vir um alagamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje venho a esta tribuna para falar sobre a indústria que mais cresce no mundo, a indústria sem chaminés, a indústria ambientalmente correta, a indústria que é capaz de gerar, em curto espaço de tempo, os empregos que são necessário à população brasileira e principalmente aos nossos irmãos paranaenses: a indústria do turismo.

Em 1999, quando tive a oportunidade de exercer a função de Secretário Estadual do Esporte e do Turismo do Paraná, tivemos a oportunidade de realizar, em parceria com a ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagens, o maior evento turístico da cidade de Curitiba. Naquela oportunidade compareceram, lotando hotéis, restaurantes, movimentando a cidade, gerando clientela para os taxistas, clientela para o comércio, mais de 18 mil pessoas de cerca de 60 países.

Desde então o Paraná foi inserido definitivamente no contexto turístico internacional. Curitiba e as grandes cidades do interior do estado, como Londrina, Cascavel, Guarapuava, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Maringá, tem sediado eventos importantes na área do turismo.

É importante que se ressalte que turismo não é apenas aquele tipo de evento que atrai o turista de passeio, que atrai pessoas nos finais de semana que querem desfrutar de momentos de lazer com a sua família; o turismo é também direcionado ao mundo dos negócios, dos seminários, das feiras. E é esse o turismo que mais cresce no estado do Paraná, o que é extremamente positivo, porque o turista que vem a negócios, o turista que vem a eventos, ele tem o hábito de solicitar a nota fiscal. O turista que vem a passeio não tem o hábito de pedir a nota fiscal. O turista que vem para um evento de empresas, um evento corporativo, ele pede a nota fiscal, e isso gera arrecadação tributária para o estado do Paraná e para que o Governo possa investir nas prioridades da sociedade, como Educação, Saúde e Segurança Pública.

Venho a esta tribuna não para criticar, até porque vejo no Secretário de Turismo do Estado um homem muito competente e muito dedicado, mas venho a esta tribuna para pedir mais atenção do Governador, mais investimentos e mais empenho, principalmente junto ao Governo Federal, para o desenvolvimento da indústria sem chaminés, para o desenvolvimento da indústria do turismo no Paraná.

Hoje o turismo do nosso país é tão importante que desde o Governo passado - e mantém-se no atual Governo com a figura da Sra. Marta Suplicy - existe um Ministério específico para o turismo. Na época em que ocupei a pasta da área, tivemos inclusive um paranaense ocupando esse Ministério, e quem muito nos ajudou na época foi o então Presidente da EMBRATUR, Caio Luis de Carvalho, que é uma das pessoas que mais entende de turismo e é um homem ligado diretamente ao ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Deputada Beti Pavin, veja a senhora que Curitiba e a região metropolitana, a senhora que representa o município de Colombo, hoje tem diversos circuitos alternativos

de turismo ecológico, de turismo rural e turismo gastronômico. Temos rotas étnicas ao redor de toda a Curitiba, temos isso em Colombo, o Caminho da Uva se eu não me engano; temos em São José dos Pinhais um turismo rural muito forte; temos no município de Campo Magro turismo ecológico e turismo de aventura; temos aqui em Curitiba a realização, semanalmente, de grandes eventos turísticos que atraem turistas de todo o Brasil, inclusive do exterior; congressos na área de medicina, na área jurídica, na área odontológica.

Temos na área dos campos gerais, por exemplo, um potencial turístico imenso, Deputado Jocelito Canto, Vila Velha com os seus arenitos, furnas, a Lagoa Dourada; ainda na região dos campos gerais o Cânion Guartelá, entre os municípios de Tibagi e Castro, que é o 6º maior cânion do mundo e que é pouco conhecido pelos paranaenses. Outro dia um professor em sala de aula perguntou aos seus alunos quem conhecia o Grand Canyon nos Estados Unidos. Um aluno levantou a mão. Aí ele perguntou quem conhecia o Cânion Guartelá, que é o 6º maior cânion do mundo e ninguém na sala de aula, aqui em Curitiba, tinha ido ao Cânion Guartelá. E é sem dúvida alguma um lugar belíssimo, um lugar para as pessoas que querem desfrutar do convívio com a natureza e com o meio ambiente.

Temos a costa oeste, onde estão os municípios lindeiros. E existem já diversos empreendimentos, resorts, pousadas, hotéis.

Temos a proliferação de hotéis sendo inaugurados em Londrina e Maringá.

Temos a costa norte, que começa na represa da Capivara, no município de 1º de Maio, próximo a cidade de Londrina, e prolonga-se, através do rio Paranapanema, até a represa de Xavantes, na região de Ribeirão Claro, norte pioneiro. E ali já estão sendo feitos diversos empreendimentos turísticos.

Temos o nosso litoral do Paraná, que carece de infra-estrutura, de boas administrações municipais, que muitas vezes é esquecido pelas autoridades, mas é um litoral com um infinito potencial turístico, porque envolve cidades históricas como Morretes, Antonina e Paranaguá. Tem a nossa Serra do Mar, que é uma maravilha da natureza, aliás, alvo de um projeto muito bem feito pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida, e que vai receber o nosso parecer na semana que vem, para preservar o meio ambiente na Serra do Mar.

Temos a estrada de ferro que liga Curitiba ao litoral, que é um obra de engenharia admirada por engenheiros e arquitetos do mundo todo.

Temos a nossa Ilha do Mel, que hoje recebe cerca de 1.000 turista por final de semana.

Temos a baía de Guaratuba, uma das baías mais bonitas do Brasil. E não vejo uma exploração política e ambientalmente correta desse potencial turístico do estado do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O que é feito hoje é feito pela sociedade, pelos empresários, pelo chamado Trade Turístico do Paraná.

Precisamos aproveitar, porque o Governo Federal tem recursos para isso. Temos que ter um pouco mais de ousadia, de iniciativa por parte do nosso estado em buscar recursos para investimentos em infra-estrutura turística no estado do Paraná.

Deputado Dobrandino, V. Exa. é um Deputado de uma cidade turística, Foz do Iguaçu. Lá estão as Cataratas do Iguaçu, maravilha da natureza, obra-prima de Deus, mas lá está também a obra-prima do homem, que é a hidrelétrica de Itaipu. E mostra o potencial construtivo, o empreendedorismo do ser humano.

Precisamos valorizar tudo isso! Mostrar tudo isso para o mundo e aproveitar as oportunidades! E é por isso que estou falando aqui em turismo: para gerar, em curto prazo, empregos no estado do Paraná.

Acredito que grande caminho para a geração de empregos é um investimento na indústria, ambientalmente correta, do turismo.

O turismo mobiliza, num hotel por exemplo, desde a pessoa que trabalha na recepção, até a indústria que faz os lençóis do hotel. O turismo gera movimentos para os taxistas, nos shoppings centers, nas lojas do centro das cidades, faz com que os restaurantes fiquem lotados.

Enfim, calcula-se que o turismo gera, no mínimo, 54 tipos de empregos diferentes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Portanto, temos que encarar com mais seriedade e com mais dedicação essa indústria.

É hora do Governo do Paraná voltar a acreditar, com todas suas forças, no potencial turístico do nosso estado, porque se por um lado não temos um litoral tão abrangente e tão belo como o litoral de Santa Catarina, por outro lado temos aqui outras belezas naturais que podem compensar essa extensão reduzida do nosso litoral e que podem ser foco gerador de investimentos turísticos e da grande presença de pessoas do mundo inteiro no nosso estado.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Ney, só gostaria de acrescentar ao seu brilhante pronunciamento que temos municípios no sudoeste, uma região muito bonita. Se você for na Mandirituba, Piên, Quitandinha, essa região também faz parte e é uma região muito próxima da capital. De carro são 40, 50 minutos. Só quero acrescentar esses municípios e parabéns pelo seu pronunciamento. Acho que o turismo pode resolver muito, principalmente ajudar esses municípios que têm a pequena agricultura, dando um emprego aos seus filhos, à sua família, por meio do turismo.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

É verdade, Deputado Chico Bühner, concordo com o senhor. Lembrando, além de Quitandinha e dos demais municípios citados pelo senhor, não posso deixar de lembrar Rio Negro, que tem uma colonização alemã que por si só já é uma atração turística com suas culturas, tradições, e a nossa legendaria cidade da Lapa. Aliás, a Lapa é a única cidade do Paraná que proporcionou ao Brasil quatro Ministros de Estado. A Lapa, com seus bons restaurantes, com a comida tropeira, com a Gruta do Monge, com seus spas. A Lapa, sem dúvida alguma tem um potencial turístico imenso.

Para concluir, só me resta agradecer essa atenção dos Srs. Parlamentares e do Sr. Presidente.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente Nelson Justus, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

Já que amanhã é dia 1º de maio, Dia dos Trabalhadores, quero abordar um fato ocorrido neste mês de abril de uma lei aprovada em março e vetada neste mês de abril, que diz respeito à fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União, dos sindicatos, das centrais sindicais. Gostaria muito que fosse mantida a lei. A lei foi aprovada no Congresso, ou seja, a Câmara dos Deputados, o Senado brasileiro aprovou, mas o Presidente Lula vetou o artigo que fazia com que os sindicatos fossem fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União.

Qual é o problema nisso? Acho que isso deixaria os sindicatos mais transparentes e daria segurança à população de que a sua contribuição, que é obrigatória, porque todo trabalhador brasileiro tem por lei um dia do seu sustento retirado para dar ao sindicato, e como ele não vai ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas, já que é um imposto obrigatório que a população paga para os sindicatos? Prefeituras são fiscalizadas, autarquias são fiscalizadas, Governos Estaduais, Governo Federal, empresas públicas, por que os sindicatos não podem ser fiscalizados?

Ouvi o argumento de que os sindicatos têm que ser livres. Isso tira a liberdade de alguém? A não ser que esteja fazendo coisa errada com o dinheiro dos outros. Então, fica a cargo de quem fiscalizar? Do membro obrigatório? O membro obrigatório não sabe nem quem são os dirigentes, não sabe onde fica o sindicato. Quer dizer, retira-se todo mês, todo ano, um dia dos seus salários para dar ao sindicato e não sabem nem quem é. Ele não é a favor disso. Então, isso foi um erro cometido de não deixar que os sindicatos fossem fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União. Assim como também foi votado e

aprovada na Câmara e agora está no Senado, uma lei que não torna mais obrigatório o desconto sindical. Ou seja, os sindicatos agora terão que trabalhar de verdade, porque para a pessoa querer ser membro, vai ter que demonstrar alguma produtividade. É claro que há sindicatos bons, mas a grande maioria infelizmente é atrelada a partido político, segue orientação não dos seus filiados, mas coisas que não têm nada a ver com a categoria.

Infelizmente, hoje, eu diria que boa parte do sindicalismo brasileiro está agindo como pelego. Isso tem que mudar. Acho que uma das formas que mudariam, seria uma fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União e também a não obrigatoriedade da contribuição sindical. Acho que se fosse facultativa, fortaleceria até os sindicatos. Mas, infelizmente isso não ocorreu.

Também queria abordar essa questão do 3º mandato. Acho que o Presidente Lula está tendo uma visão de estadista ao dizer que ele é contra isso. Espero que ele se mantenha assim, porque a democracia começou na Grécia e era uma democracia que quem era eleito tinha poderes ilimitados podia fazer o que quisesse, mandava em toda as áreas. Com o tempo ela foi aperfeiçoada, se limitou os poderes de quem era eleito, se dividiu poderes. Quem era eleito comandava algumas funções, mas tinham outras que eram de outras áreas. E até o mandato, foi limitado o tempo de quem era eleito. Passou a ter um período X. Então, a democracia foi aperfeiçoada e por um casuismo tem pessoas que não mudaram isso. Nós, como Deputados, temos que estar atentos a isso. Seria um crime para o Brasil, seria um lesa-pátria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, Deputado Dobrandino da Silva.

Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para falar de um assunto da minha cidade. Mas, antes, porém, queria parabenizar o Deputado Ney Leprevost pelo seu discurso, com relação à área de turismo no nosso estado do Paraná. Claro, no Brasil e no mundo a importância que tem. Está de parabéns o Deputado em função do conteúdo do seu discurso. O turismo realmente tem uma importância enorme e nós no Paraná, e mais especificamente em Foz do Iguaçu, o potencial é muito grande e hoje realmente está um pouco esquecido, na verdade. Por parte da Prefeitura, em Foz, dos mecanismos de turismo o estado do Paraná precisam implementar uma política de turismo, que o estado tem potencial para isso e não pode desperdiçar esse filão tão importante para os paranaenses.

Sr. Presidente, gostaria de falar de coisas boas da minha cidade, mas infelizmente o que trago hoje, o comentário que faço não é tão importante para a cidade. Pelo contrário. Há muito tempo, desde a composição de um grupo que assumiu os destinos da Prefeitura de Foz do Iguaçu, tenho me mantido em silêncio. V. Exas. não viram até hoje eu fazer um comentário, embora desde o início há indícios seriíssimos de desvios na Prefeitura de Foz do Iguaçu. Eu me mantive em silêncio, mas agora chegou o momento em que não é mais possível. Quero registrar nesta Casa - lamento não estarem neste momento no plenário, os colegas Deputados da minha cidade, Chico Noroeste e Reni Pereira. Deputados que fizeram parte da composição à época, da chamada Frente da Cidade Unidas, a "Frentona", com 18 partidos, para ganhar as eleições e administrar a cidade. Faziam parte no momento, mas não o fazem mais, os Deputados Reni Pereira, Chico Noroeste, o Vice-Prefeito na época, que renunciou o mandato para assumir uma vaga na Câmara Federal e hoje também se encontra em uma posição contrária ao município.

Isso são denúncia, Srs. Deputados, em poder do Ministério Público, da Polícia Civil de Foz do Iguaçu, documentos enviados pela Prefeitura, através de uma CEI da Câmara Municipal de Vereadores, que justificam e comprovam o desvio de recursos da Prefeitura, como desvios de IPTU de grandes empresas da cidade, que deviam 4, 5, 10, 12, 14 milhões, que foram quitados como pagamento bem significativo e a Prefeitura alega agora que houve uma invasão aos computadores da Prefeitura, de uma forma irregular, zerando as contas dessas empresas. Há documentos da Prefeitura de uma determinada data, que dava quitação a essas empresas e quando houve a denúncia, essas empresas recolheram o percentual mais para frente.

Então, comprova claramente as denúncias, que são gravíssimas, que o Ministério Público está denunciando.

Quero alertar a Bancada do PT, que há obras com recursos do Governo Federal e Estadual, que a Prefeitura iniciou e executou sem concorrência, para beneficiar terceiros. Pedir a Comissão de Fiscalização desta Casa, porque há obras que envolvem o Governo do Estado, para que passe a tomar as providências necessárias, para podermos fiscalizar e colocar a público o que acontece hoje na Prefeitura de Foz do Iguaçu, com relação à administração do município. É lamentável que tenhamos que fazer isso. Mas as denúncias são públicas, hoje, em Foz do Iguaçu. O Ministério Público, a Câmara de Vereadores, o inquérito policial é que demonstram. O Tribunal de Contas está dentro da Prefeitura de Foz fazendo levantamento. Vou encaminhar hoje, Sr. Presidente, ao Ministério Público, esses documentos do município de Foz do Iguaçu.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou voltar ao tema, como havia dito ontem, à questão que envolve o Instituto de Educação de Ponta Grossa. Ouvi o Deputado Kielse falando aqui. Ontem parecia que tinha acontecido uma tragédia em Ponta Grossa. Primeiro é bom explicar para as pessoas que não sabem o que é chuva: chuva é algo que vem de cima e que não podemos segurar. Chuva, Deputada Rosane, V. Exa. que é muito ligada às questões ambientais, a chuva em exagero, no meu ponto de vista, é a defesa do meio ambiente que está bravo com o que o homem tem feito com ele.

Então, tem chovido muito. E eu me preocupei com isso e fui falar com o pessoal do SIMEPAR, com quem eu falo todos os dias pelo rádio, e eles me passaram, aqui, quanto choveu em Ponta Grossa, ontem, das 6h às 15h, 41 milímetros - muita chuva, fora do normal - e das 8h às 9h que foi o momento mais difícil, choveu 16.02 milímetros. Muita chuva.

Então, para alguns que gostam do ilusionismo da mídia, os marqueteiros das tragédias, para os especialistas em tempestade em copo de água, ontem foi um prato cheio. Tem uma emissora em Ponta Grossa que deu em primeira mão: "Caiu o Instituto de Educação." Isso criou um problema até para as famílias. Teve blogs, os tão famosos blogs para atacar as pessoas, hoje, que disseram que a estrutura do ginásio cedeu e desabou. Está aqui um blog. Tudo isso foi à mídia. Eu fiquei preocupado. Comecei, desde que estava vindo de Ponta Grossa, ontem, para Curitiba, a ligar para o Secretário, para o colégio, para a Defesa Civil, e nada disso aconteceu, foi apenas mais uma sacada de mídia em período de eleição.

Mas, hoje fui mais além, fui até o Diretor do colégio e fiz uma entrevista com ele, e essa entrevista eu pedi à minha equipe que transcrevesse porque vou colocá-la nos Anais da Casa, depois. O professor Josué diz o seguinte - onze anos que ele está na direção da escola - perguntei a ele hoje sobre a cobertura e ele respondeu: "A cobertura era a original desde que foi feito o prédio. No Governo Lerner - ontem o Deputado Plauto queria falar disso, nós discutimos aqui - não foi feita nenhuma cobertura nova. Foi feita uma cobertura em cima para tentar evitar as goteiras que tinham naquela época. Mas uma coisa tão malfeita que durou dois, três anos, e botou-se fora todo aquele dinheiro".

Então, se fez um paliativo, se colocou uma cobertura especial, custou cento e poucos mil e já se perdeu isso. Foram dois, três anos e acabou. Foi algo paliativo colocado fora. Ajudou por dois anos, mas não resolveu o

problema, foi o investimento do Lerner nesse caso. Diz o professor: "a chuva continua e quando chove, molha o colégio. E isso faz muito tempo".

Perguntei a ele: quando foi construído o colégio? "Em 1971. Dia 15 de setembro é o aniversário da cidade de Ponta Grossa. Perguntei para o professor porque vi ontem, aqui, alguém falar que tinham pessoas feridas, pessoas se feriram. Eu ouvi isso, aqui, ontem, está nas notas taquigráficas. Professor Josué, alguém se feriu? "Não. Não aconteceu nada. O que aconteceu foi uma chuva fora do comum, fora do normal. E sempre que chove, chove nos corredores, em algumas salas, em ambientes administrativos. Mas, ontem foi uma coisa atípica e daí, evidentemente, as calhas não venceram. E tivemos ainda o alagamento da sala dos professores. Já providenciávamos a limpeza e a desobstrução na entrada do ginásio, porque toda aquela água, aqui, da parte de cima, vai lá para baixo. Aquele setor virou uma cachoeira. Mas, nada caiu, nem uma parede rachou, não rachou nada, não caiu nada, nem um pedaço do forro, absolutamente nada. A única coisa que caiu, eu sempre brinco e digo, foi chuva na nossa cabeça".

Segundo ele, o Corpo de Bombeiros esteve lá e não há risco. A Defesa Civil verificou e mantém interditado o corredor. E pede para que não se use o auditório em dias de chuva. A partir das 13h de ontem, depois da mangad'água, a escola voltou a funcionar normalmente, só para vocês terem uma idéia. O Instituto caiu, alguém derrubou, mas não foi a chuva, alguém com marketing o derrubou e logo em seguida numa hora, levantou de novo. Nem Jesus fez isso - olha, Jesus Cristo não fez isso - derrubou uma construção e levantou. Não me lembro, na Bíblia, de que Jesus tenha conseguido derrubar uma construção e levantar em seguida.

Mas, enfim, ainda sobre o Instituto, perguntei: foi interditado o Instituto, professor? "Não, só isolaram no momento da chuva para que ninguém entrasse mais no ginásio por causa da cachoeira que formou lá." Tem alguns problemas da questão da fiação elétrica que o Corpo de Bombeiros se preocupa, e eu perguntei: mas, professor, alguém se feriu aí nesses momentos?" Não, graças a Deus nunca ninguém se feriu, vamos deixar claro, alguns setores da imprensa - palavras do professor - criaram um sensacionalismo, inclusive de relatos que escutaram através de algumas rádios que estavam caindo paredes, forros, não sei de onde que tiraram, esta é uma preocupação muito grande por parte dos pais que têm seus filhos aqui. Nunca, apesar de todos esses anos que estamos esperando uma reforma, nunca aconteceu nada, repito mais uma vez, a única coisa que caiu foi uma bomba d'água aqui dentro, mas nada mais, ninguém se feriu." E assim vai o relato do professor.

Então, o que eu queria trazer aqui é a expressão da verdade: o Instituto precisa de reforma? Claro que precisa, todos nós sabemos.

Ontem eu conversava com o Secretário Júlio, conversei com o Joels através do Deputado Kielse, e o

estado já está pronto para fazer a nova licitação, já está na Casa Civil, inclusive. Não é pelo episódio de ontem que vai acontecer a licitação. Já está lá aguardando autorização do Governador para fazer a licitação.

Bem, precisamos restabelecer esse colégio. Mas não vamos restabelecê-lo com demagogia. Não vamos restabelecer esse colégio anunciando para todo mundo: olha, caiu o colégio, o colégio caiu, está aqui - senhores, é só entrar na internet, um blog diz que a estrutura do ginásio cedeu e desabou. Isso aqui é criminoso. A estrutura do ginásio cedeu e desabou - Bombeiro já interditou o local - o Bombeiro não interditou. É esse tipo de coisa que precisa acabar, precisa terminar isso. Não é assim que se resolvem os problemas. Aqui vi, precisa informar que o colégio Instituto de Educação veio abaixo. Aonde que veio abaixo?

Então, isso cria um clima de que caiu o colégio. O colégio não caiu. O colégio está precisando de reforma, está sim, estamos lutando por isso. Já disse que aqui no dia 1º de fevereiro, tive uma discussão lá no Canguiri, quando briguei com o Governador, em respeito ao colégio Instituto de Educação. Tivemos uma briga feia que nunca mais depois se estabeleceu, devido aquele dia que eu briguei em função do Instituto de Educação.

Então, o que nós precisamos fazer? Precisamos resolver, Deputado Dobrandino, resolver a questão do Instituto. Não adianta dar notícia sensacionalista e acho que o Governo, Deputado Romanelli, V. Exa. que gosta muito da mídia, aliás, muito da mídia, V. Exa. devia pegar essas notas e mandar processar quem fez isso, porque quem cala consente. Um Governo que consente quando é atacado permite que toda hora seja atacado. Primeiro, conta-se uma história, depois outra e depois mais outra. Tem que reagir. É preciso que o setor da imprensa, a imprensa correta noticie. Ninguém é contra noticiar. Eu noticio todas as coisas. Agora, com responsabilidade. Não podemos querer um período de eleição para se promover. Isso é usar os estudantes como se eles fossem laranjas! Ah, vamos falar mal do colégio, isso dá retorno. Falar mal do colégio não dá retorno para ninguém, o que precisamos fazer é resolver o problema. Não estou defendendo o Governo, estou apenas querendo corrigir malandragem, a notícia malandra, a notícia interesseira, sacana.

Já teve gente que disse, lá em Ponta Grossa, que os Deputados aqui na Assembléia nunca usavam gravatas e que depois passaram a usar, sendo que todo mundo sabe que esta história da gravata está no Regimento Interno da Casa, é obrigação, Deputado não pode entrar no plenário sem gravata. E assim vai, teve gente que disse que 90% dos Deputados desta Casa são corruptos, assim vai, e enquanto cala é consentido. Então, é preciso acabar com os marqueteiros eleitorais que estão por aí!

Vamos trabalhar pelo colégio? Vamos, estou trabalhando, se dependesse de mim, amanhã eu mandava começar tudo, mas não depende da gente. O que podemos fazer? Tentar resolver, contar o problema, tentar buscar solução, mas é difícil! O que podemos fazer? Além de

cobrar do Governo, falamos com o Reitor da faculdade, o professor João Carlos e ele disse que a Universidade Estadual de Ponta Grossa pode ceder salas de aula por um período, para levar os alunos. Hoje, apareceu mais uma idéia, fui buscar várias lembranças de onde podia levar os estudantes e lembrei que o Governador, Deputado Dobrandino, certa vez disse, se não me falha a memória foi na sua posse, que ele iria criar escolas especiais nos grandes pólos do Paraná. Pois surgiu a oportunidade. Lá em Ponta Grossa tem um seminário praticamente desativado, aquelas construções antigas, bem feitas, o seminário dos Padres do Verbo Divino, ali na Colônia D. Luísa, e que está à venda por parte dos Padres.

E aí me apareceu a idéia de dar ao Governador uma outra sugestão: que o estado alugue aquele seminário que também pode ser alugado, leve para lá todos os alunos do Instituto, resolve esse problema do Instituto e quem sabe, na sequência, com uma opção de compra o estado possa comprar esse seminário e transformar na escola especial que quer o Governador fazer. É uma área maravilhosa, uma área de 90 mil m², o terreno, uma área construída de 11 mil m², uma obra maravilhosa. Quem sabe o estado podia pensar na aquisição desse seminário, podia socorrer o Instituto de Educação agora, daria para rapidamente fazer isso, uma pequena reforma, uma pintura, coisa de menos de um mês. Leva a escola inteira para lá e a partir daí pensa na opção de compra desse imóvel para fazer aquela escola que o Governador anunciou. Ele deseja fazer essa escola em todas as regiões do Paraná. Então, é mais uma sugestão que trago aqui, sempre com a intenção de ajudar a resolver um problema que é crônico, que vem lá de 1996! O povo de Ponta Grossa está esperando esse colégio ser reformado desde 1996!

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PR/PTB.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo podia aproveitar agora, já que fez um paliativo lá atrás. O Lerner fez um tapa-buraco, digamos assim, e bem malfeito, que colocou o negócio em cima, lá, que foi dinheiro público botado fora. Serviu para um ano ou dois. Mas fez. Durou dois anos. Está bom.

Enfim, esse colégio é de 1971, é um dos mais brilhantes estabelecimentos que o Paraná tem, é um colégio que forma jovens todo ano. A universidade usava esse colégio para fazer os vestibulares lá.

Srs. Deputados, Srs. da imprensa. O que precisamos fazer é resolver essa situação. Mas vamos resolver como? Vamos resolver procurando achar uma solução. E a solução apresentei aqui. Temos a universidade que pode agüentar um período, temos lá algumas escolas. Acho que é o momento do Governo dar respostas. A licitação me parece que abre hoje, disse o Secretário, hoje, pela manhã, na rádio. Mas essa licitação vai demorar 30, 40 dias quem sabe, até mais.

Como há a questão da energia elétrica, fios colocados que o Corpo de Bombeiros tem alguma preocupação, acho que seria medida preventiva tirar os alunos de lá. Solução tem. Primeiro, ou universidade estadual, ou até mesmo, que se leve para esse seminário. Os Padres têm um seminário que está praticamente desativado. O estado poderia alugar até o final do ano com uma opção de compra, depois para fazer um investimento.

Esse seminário está cotado em 5,6 milhões. Isso não é nada para o Governo do Estado.

Espero que essa questão seja resolvida.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Agradeço pelo aparte e para lembrar que durante o Governo passado, que é tão criticado, pelo que falam é culpado de tanta coisa que existe no estado do Paraná. Mas as coisas boas, poucos lembram, que é o ex-Governador Jaime Lerner, no ano de 2001.

Ontem o jornal que o senhor apresentou era do ano de 2000. E o mesmo jornal Diário da Manhã do ano de 2001, tem uma matéria da ordem de serviço que foi dada para a realização de uma obra de R\$ 147 mil 318. Isso lá no ano de 2001, no dia 04 de agosto de 2001.

Naturalmente a empresa CN Menezes, ela venceu a licitação para poder fazer com que fosse aplicado uma espuma rígida de pluoretano para tentar acabar de resolver o problema de infiltração de água nos dias de chuva no Instituto de Educação.

A obra foi feita pelo Governador anterior. O mesmo jornal que o senhor leu, ontem, que data de 2000. Apresento o nosso de 2001, mostrando que o ex-Governador investiu recursos e resolveu o problema de infiltração. Só que 2001 para 2008 já são sete anos que se passaram.

É natural que uma escola como qualquer construção tem o seu desgaste natural e cabe ao atual Governo, quem foi eleito por duas vezes consecutivas, o Governador Roberto Requião, e o seu irmão que é o Secretário de Educação, têm a obrigação, agora de solucionar. Não adianta ficar falando do passado. Temos que resolver o presente. E acho que o senhor está trazendo uma idéia e se ela for seguida, pode amenizar o problema dos alunos. Acho que é por aí. Uma idéia construtiva. Espero que a Secretaria da Educação possa receber esta sua idéia e colocar em prática, que com certeza os problemas vão amenizar para os alunos, para o Diretor Josué e também para os professores.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado. Veja, mostrei o jornal ontem, do dia 16 de fevereiro de 2000. E V. Exa. traz um de 04 de agosto de 2001. Quer dizer, quase dois anos depois, um ano e nove meses. E a situação já era precária. Esta situação do Instituto não é de agora. Eu não gosto de ficar fazendo estas comparações para trás, acho que também não se deve fazer muito, mas o problema já existia lá. E o Governo que V. Exa. diz, aqui, quase dois anos depois, fez um paliativo. Ajudou dois, três anos e depois voltou tudo ao normal.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Em primeiro lugar quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento que faz, porque aprofunda o tema que foi discutido na tarde de ontem e é uma pessoa que trabalha com a verdade, com os dados como eles são. Percebo que V. Exa. tem um senso ético e de responsabilidade que sinceramente me surpreende.

E quero dizer ao Deputado Plauto Miró Guimarães, fiquei feliz, hoje, porque pela primeira vez vi um Parlamentar da base do Jaime Lerner defendê-lo nesta Casa. Nunca vi um homem tão abandonado como foi o Jaime Lerner, pelos seus antigos companheiros, que no período em que ele estava no Poder, era um período de bonança para todos e, certamente, era um período em que o Governador era muito defendido. Hoje em dia, percebemos que não. Eu mesmo, às vezes, quando faço as críticas. E o pior é que ninguém vai defender o Jaime Lerner. Mas, hoje vi que pelo menos o Deputado Plauto, até porque foi Deputado por oito anos, do Governo, em Ponta Grossa, e ele certamente conhece pelo menos parte da realidade. Desculpe, Deputado Plauto Miró Guimarães, entendo que não conhece como o Deputado Jocelito Canto, o Deputado Jocelito Canto é o maior conhecedor de Ponta Grossa que eu conheço. Desculpe, Deputado Péricles de Mello, não se ofenda, também, mas igual ao Deputado Jocelito Canto eu não conheço ninguém que conheça a cidade.

Parabéns, Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado. Li uma pérola, aqui, este jornal é de 16 de fevereiro de 2000, e sem querer encontrei, e me lembrei, o seu funcionário comentando - Altair Ramalho - seu funcionário na Rádio Clube: "Comentário ontem ouvido na XV, dá conta de que os recursos do Paraná Urbano só serão liberados para Ponta Grossa no momento em que o Plauto der o sinal verde para o Governador". O senhor seguiu o Paraná Urbano e eu não recebi nada. Está aqui, o seu funcionário falando, o Altair Ramalho. Eu estava lembrando, sem querer li isto aqui. Em seguida, não liberaram o Paraná Urbano, e sabem o que eu fiz? Vim aqui em Curitiba e coloquei 20 outdoors dizendo: "Jaime Lerner, entregue o dinheiro do Paraná Urbano para Ponta Grossa". E ele nunca entregou. Eu fiquei sem receber os recursos. Isto que eu tinha apoiado ele na campanha. E não recebi.

Agora, lembro que o atual funcionário do Deputado Plauto Miró Guimarães, jornalista Altair Ramalho, muito crítico - é o Mazza de Ponta Grossa - passado não move montanha, já foi, vai embora, vamos esquecer. Mas aqui diz, o seu funcionário dizendo que o senhor não liberou o Paraná Urbano. Mas, tudo bem, já fui Prefeito, já passou, estou quase voltando, deixa quieto.

Mas, enfim, Deputado Luiz Claudio Romanelli, três sugestões: o Maurício Requião parece que gostou da idéia da universidade e agora eu trago a idéia do Verbo Divino. Quem sabe o estado dê este presente para Ponta Grossa. Já deu hospital, reforma do hospital, vou pedir mais um: a compra do Verbo Divino para colocar o Instituto e depois fazer uma grande escola, que o Requião quer fazer, em todas as cidades do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço licença, eu e a Deputada Rosane Ferreira, para nos ausentarmos da Sessão porque iremos receber o pessoal do SindSaúde, do sindicato dos médicos, que vêm opinar sobre o projeto que será votado na próxima segunda-feira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, Deputado Ney Leprevost. Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida
(PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dizem que a história, quando ocorre pela segunda vez, ocorre como tragédia, ou como uma farsa. E parece que é o que está acontecendo em Londrina. A cidade viu há poucos dias crescer um movimento dos estudantes universitários da UEL na tentativa de segurarem a sede do DCE, que é uma casinha de não mais do que 100m2 num terreno de 10 mil m2. A reitoria, alegando que precisaria ampliar as instalações de um colégio tentou então, e tenta na Justiça, retirar o DCE que está na esquina desse terreno. Volto a dizer, num terreno de um hectare, a casinha não tem mais que 100m2.

Entretanto, essa casa pequena é um símbolo gigante para a cidade de Londrina e principalmente para o movimento estudantil, isso porque há 30 anos atrás, em 1978, a reitoria de então, na época da ditadura, na época negra, a reitoria invadiu todos os diretórios acadêmicos do *campus* universitário, fechou esses diretórios, lacrou-os, e não contente com isso invadiu o diretório central dos estudantes, arrebentou as paredes, roubou de lá uma impressora da marca Multilidi que imprimia o jornal estudantil mais importante do país naquela época, chamado Jornal Upueira. Uma máquina comprada com o suor e as lágrimas dos estudantes, com milhares de promoções para arrecadar fundos, mas a reitoria naquele dia não invadiu uma pequena casa, que é justamente essa casa que está em questão, e ali funcionava o diretório acadêmico dos estudantes de Medicina, de Odontologia e também de Bioquímica. E por coincidência eu era o Presidente deste diretório, isso há 30 anos atrás. Os estudantes correram para aquela casa, entraram na casa

e se trancaram, esperando a Polícia da universidade, que era apelidada de Swatt, uma Polícia severa, que viesse também invadir aquela casa. E isso não tardou, a Polícia da universidade chegou, tentou entrar na casa, os estudantes saíram e agüentaram no braço, na base do pé do ouvido, do safanão. Isso foi em maio de 1978. A partir de então, passou a comunidade universitária do DCE a dormir na casa, inclusive, tentando mantê-la, e por 82 longas noites os estudantes ali se mantiveram naquela casinha. Na 83ª noite os estudantes fundaram o DCE Livre da Universidade Estadual de Londrina, o primeiro DCE Livre do norte do Paraná. E assim vem o DCE durante todos esses anos.

Aquela casa portanto, nobres Pares, não é uma casa só, ela é o símbolo da resistência contra o autoritarismo, contra o obscurantismo que lacrava diretórios estudantis, que calava a voz daqueles que queriam falar, numa cidade altaneira como Londrina que hoje vive problemas de ordens morais e éticas, onde a Câmara de Vereadores tem tido reiterados problemas, onde temos problemas políticos das mais diversas ordens. E agora, com a prisão de 20 profissionais médicos, por estarem fraudando a legislação.

Esse passado é um passado de extraordinário valor histórico, porque nos guia, dá um rumo para a sociedade, dizendo a ela: "Olha, você tem sempre que questionar."

Por isso, essa pequena casa é mais que uma casa.

E hoje a reitoria tenta, na Justiça, retirar essa casa dos estudantes.

O que fazem os estudantes nesse momento? Eles estão dormindo dentro da casa. Repetindo uma atitude de 30 anos atrás. Resistindo lá dentro e dizendo: "Não venha a Polícia, porque resistiremos!"

Diante disso, na Sessão de ontem aprovamos aqui unanimemente dois requerimentos. Um endereçado ao Sr. Goverador Roberto Requião e à Secretária de Ciência e Tecnologia, pedindo que ambos intercedam junto ao Reitor Vilmar, para que ele retire da Justiça uma ação que pede a reintegração daquela casa.

O segundo requerimento é para o Reitor, pedindo que ele desista da ação e devolva a casa aos seus legítimos donos.

Tenho certeza que o Reitor Vilmar, um homem sensível, que tem um passado histórico de contribuição e colaboração para com a universidade, não hesitará em fazê-lo. Ele atenderá um pedido unânime da Assembléia Legislativa.

Até porque não queremos ver nenhum tipo de confronto maior dentro da cidade de Londrina envolvendo, principalmente, os estudantes daquela universidade, numa questão banal. O que é um terreninho de 100m2 frente a um terreno de 1 hectare. Não há lógica. Ali é um local sagrado pela história que representa e assim deve ser mantido.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que é extremamente importante lembrarmos que, muitas vezes, a história se repete. A primeira como tragédia e a segunda como o faz.

Bem lembrou V. Exa. fato como esse foi uma tragédia. Vivíamos o período da ditadura, um período de trevas na nossa história. E hoje o que se configura é uma grande farsa.

Quero aqui me colocar à disposição no que eu puder contribuir.

Vejam, hoje a UNE tenta tomar a sede da praia do Flamengo, que foi incendiada no período da ditadura militar.

A UPE, aqui do Paraná, na quinta-feira passada comemorou os 90 anos do casarão e os 70 anos da UPE aqui em Curitiba.

O movimento estudantil, que é a força viva da sociedade, tem tido nos seus embates com o estado, legítimos ou não, mas sempre necessários, um papel fundamental na história, não da república brasileira, mas na história da nossa humanidade.

O Reitor Vilmar, primeiro, não consultou, pelas informações que temos e V. Exa. também tem, nem o conselho universitário para tomar essa atitude e, segundo, ele não investe contra a universidade de Londrina apenas, investe contra todo movimento estudantil e contra todos aqueles que defenderam a liberdade democrática, inclusive para que pudéssemos ter hoje o Reitor eleito.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento e me coloco à disposição naquilo que for possível, necessário e, obviamente, estaremos na mesma trincheira defendendo a liberdade do movimento estudantil.

Obrigado!

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Eu agradeço e não tinha dúvidas a respeito do seu posicionamento, Deputado Tadeu Veneri, pelo seu histórico de lutas e, principalmente, pela visão democrática que V. Exa. tem de todo processo de construção em nosso país.

Muito obrigado e tenho certeza absoluta que se V. Exa. puder, também, se deslocar até Londrina para hipotecar a solidariedade àqueles estudantes. Isso vai ser, sem dúvida nenhuma, uma atitude de grande relevância.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, primeiro, parabéns a V. Exa. pela defesa que faz do Diretório Central dos Estudantes - DCE e, acima de tudo, a defesa da democracia.

V. Exa. lembrou, com muita inteligência, o episódio de 1978. Na época, coincidentemente, eu era Prefeito de Londrina e era Reitor da UEL o Sr. José Carlos Pinotti. Um sábado, houve uma invasão no DCE, mais ou

menos por volta das 13h30. Fui comunicado dessa invasão, me desloquei, imediatamente, até a sede do DCE e fiquei à frente ali, dando a solidariedade à direção do DCE, protestando, lamentando a brutalidade daquela invasão. V. Exa. foi muito feliz quando mencionou que o DCE é menor que uma casa popular. V. Exa. está enfocando que não é o valor imobiliário, é o valor histórico. O que vai representar isso para a UEL que ocupa uma fazenda, a Fazenda Perobal onde está o *campus*? Se estiver precisando expandir colégio, não vai ser pegando um espaço tão pequeno, mas de um valor histórico tão extraordinário, como mencionou V. Exa., que vai resolver problema de expandir colégio. Você pode expandir até para cima. Então, hipoteco aqui, também, a V. Exa. a solidariedade a esses estudantes. Não sei nem quem são os Diretores atuais do DCE, mas essa defesa que fazemos, solidários a V. Exa. e aos estudantes, é uma defesa da democracia.

Alguém deve ter colocado minhoca na cabeça do Reitor Wilmar. Isso só vai desgastar o Reitor! Só vai queimá-lo, até numa eventual pretensão de ser reeleito Reitor. O que vai acrescentar no currículo da vida desse Reitor? Vai acrescentar um fato extremamente negativo e estamos aqui para condenar esse fato negativo.

Meus parabéns!

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Belinati, por suas colocações bastante lúcidas e pelas lembranças, inclusive históricas, que envolvem esse episódio de agora e que envolveram historicamente nesses últimos 30 anos.

Até sugiro a V. Exa. que nós dois possamos visitar o Reitor, quem sabe convidando os demais Deputados Federais de Londrina, que são quatro. Somos em seis Deputados. O Deputado Tadeu Veneri já se coloca à disposição. Quem sabe possamos visitar o Reitor, a reitoria, para solicitar a manutenção dessa sede que é tão preciosa e tão cara a todos nós.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Também me coloco à disposição, Deputado Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Obrigado!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas este registro e dizer que a Assembléia Legislativa do Paraná, prontamente, aprovou por unanimidade os dois requerimentos, de certa forma solicitando o mesmo ao Reitor, ao Governador e à Secretária de Ciência e Tecnologia, que já foi inclusive Deputada nesta Casa, assim como o Governador, que intercedam favoravelmente pelos estudantes, mantenham-nos naquela casa e mais, quem sabe possamos, a Assembléia, a exemplo do que lembra bem o Deputado Tadeu Veneri, transformarmos aquela sede realmente numa espécie de símbolo para toda a cidade e para todo o Paraná, porque símbolo é, sem dúvida

nenhuma, uma sede que abrigou tantas lideranças políticas que hoje estão aí para comprovarem as suas ações práticas, saudáveis, em defesa de uma vida melhor e da democracia no nosso país.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, no horário dos Democratas, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Chama-se a atenção nesta Casa, sempre que surge e vem à discussão algum problema que é de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, vemos os Deputados que votam com o Requião, que defendem suas idéias, seu comportamento, buscarem no passado o ex-Governador do estado do Paraná, como se fosse ele o culpado de tudo. Só que esquecem que eles já há seis anos estão governando o nosso estado. Repito: seis anos. E em seis anos já poderiam eles ter sanado os problemas para os quais foram eleitos. O eleitor paranaense votou no lado contrário ao Governador Jaime Lerner para que pudessem, aqueles que o criticavam, trabalhar para sanar e arrumar os problemas existentes. Só que, infelizmente, pouco fizeram e a população do Paraná continua reclamando.

Com relação ao Lerner, pelo que falou o Líder do Governador Roberto Requião nesta Casa, quero dizer: o Jaime Lerner não está sendo julgado na Assembleia Legislativa do Paraná. Ele teve no ano de 2000 o julgamento pelos paranaenses quando ele derrotou o candidato Roberto Requião que disputou contra ele o Governo do Estado do Paraná e o Governador Lerner impôs uma derrota ao candidato na época e Senador da República, Roberto Requião de Mello e Silva. Então, os eleitores julgaram o Jaime Lerner e o Requião e deram a vitória para o Lerner. Isso resultado do seu Governo, por aquilo que ele vinha fazendo pelos paranaenses.

Mas, quero aqui direcionar o meu discurso com relação ao tão debatido e discursado Instituto de Educação.

Quero ler o trecho que o jornal do mês de agosto de 2001 publicou, que a ordem de serviço foi dada pela Secretaria de Obras do Governo Jaime Lerner, para que pudesse ser recuperado o telhado do Instituto de Educação que estava com problema de infiltração. As palavras do Diretor daquele colégio, que é o mesmo Diretor que está até hoje dirigindo o Instituto de Educação, ali ele falava: “Esta obra, para nós que vivemos o dia-a-dia da escola, é muito importante”. Destaca o Diretor Antonio Josué Júnior.

Então, o ex-Governador do Estado preocupou-se com o Instituto de Educação. Naturalmente, o tempo passou. Todos os colégios necessitam periodicamente de obras de manutenção e recuperação, só que infelizmente, o atual Governo do Estado não está priorizando, porque quando queremos resolver, Deputado Belinati, pegamos e resolvemos, priorizamos. Tem o recurso, vai lá, de uma forma ou de outra soluciona o problema. Agora, seis anos se passaram, muita conversa, muito anúncio, muita visita de representantes do Governo no Instituto de Educação. E de concreto, infelizmente, nada aconteceu.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Plauto Miró, parabéns pela objetividade do seu pronunciamento.

Comentava aqui com o Deputado Marcelo Rangel que só está faltando ser contratado o Francisco Petrônio, que corre o Brasil fazendo o Baile da Saudade. Meu ouvido não agüenta mais ficar ouvindo que o outro foi pior. Desde criancinha, quando usava calça curta e jogava bolinha de vidro e bola feita de meia, que ouvíamos no rádio que o Prefeito que entrava era o maior e o que saía não prestava. O Governador que estava no cargo era bom e o que saía não prestava. O Presidente que está no poder, esse é o bom; o que saiu e os que já passaram não fizeram absolutamente nada. Isso é um chavão muito usado na política e o povo não agüenta mais.

Estamos perdendo muito tempo nesta Assembleia Legislativa com choradeira sobre o passado, discutindo se o outro Governador fez ou não fez, ou deixou de fazer, e com isso acabamos perdendo tempo, não discutindo os problemas de agora no Paraná, que são os problemas da segurança do povo, da falta de emprego, o salário do funcionalismo que está sendo defasado, as obras sociais que são necessárias e precisam ser feitas no Paraná. Temos que discutir o que tem que ser feito agora. Ficamos horas e horas, dias e dias, muitos anos, com o mesmo e cansativo discurso. Isso já está enchendo o saco. Ninguém mais tem ouvidos para ouvir isso. Temos que discutir os problemas de agora, apontar as soluções e cobrar de quem está no poder.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Obrigado, Deputado Belinati.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Plauto Miró, também concordo com o Deputado Antonio Belinati, porque quando falam dos problemas que aconteceram no Governo Jaime Lerner, eles esquecem de que naquela época existia Oposição nesta Assembleia. Se aconteceram problemas administrativos na época é por incompetência da Oposição daquela época. Este Governo tem Oposição firme, da qual V. Exa. faz parte.

Por falar em Educação, Deputado Plauto, quando o senhor discute a questão do Instituto de Educação, preciso dizer que quem não investe e não respeita a Educação, não merece estar aqui na vida pública, não merece ter mandato eletivo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Plauto, sempre fui muito solidário com V. Exa. Não me canso de elogiar o Jaime Lerner. V. Exa. é testemunha disso, pelas coisas boas feitas. Industrialização, temos o exemplo, aqui, o Presidente Nelson Justus, que foi nosso Secretário. Não tenho dúvida nenhuma que contribuiu muito para a nossa Ponta Grossa e assim por diante. Tem gente que nunca administrou nada. Esse é o caso do Chab: “Faço um acordo com você, me dê três cheques de 50 mil, descontamos agora e depois trocamos na campanha.” Essas pessoas que pegaram três cheques de 50 mil em uma campanha, isso é falta de educação também. Quem nunca administrou nada, como dizia o velho Aníbal Khury: “Atrás do balcãozinho é diferente.” V. Exa. está correto. Não quero voltar ao passado. Vamos continuar lutando pelo instituto. Acho que o importante é brigar por ele. As pessoas que falam em Educação, que não cumpriram com a Educação, vão ter muita coisa pela frente. A boa educação diz que em campanha eleitoral não se achaca ninguém. Achacar em campanha eleitoral, pedir três cheques de 50, sendo que um foi descontado e dois estão rodando, é perigoso.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Quero deixar frisado que quem é eleito está sendo indicado para governar e resolver os problemas. É prioridade e prerrogativa dele, do Governador eleito para governar o estado do Paraná, para resolver os problemas. Não adianta voltar ao passado, o passado passou. E, repito, o atual Governador Roberto Requião foi eleito para sanar os problemas que o Governo anterior deixou, porque no seu discurso ele criticava o Governador anterior, que era o Jaime Lerner. E o paranaense votou nele na corrente política dele para resolver os problemas.

E com relação ao Instituto de Educação e outros problemas existentes no Paraná, o Requião está deixando a desejar. Está deixando a desejar.

E no decorrer da próxima semana, estarei fazendo um levantamento das escolas em Ponta Grossa. A cidade cresceu e infelizmente o atual Governo não construiu nem uma nova escola no município de Ponta Grossa. Repito: nem uma nova escola.

A cidade cresceu, a necessidade de novos colégios estaduais é grande. A Prefeitura tem construído as escolas municipais, sanando os problemas. A Secretária Zélia Morochi tem feito o seu papel, mas infelizmente o irmão do Governador, o Secretário Maurício Requião, deixa a desejar.

E, na próxima semana, vou trazer as regiões da cidade que não têm espaços nos colégios estaduais para os alunos estudarem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado. Parabéns pelo equilíbrio do pronunciamento de V. Exa.

PP.

(Declina)

PT: com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário do PT, hoje, Sr. Presidente, porque ontem no Jornal do Estado estava publicado sobre publicidade legal. No Jornal do Estado, um jornal de circulação estadual, aqui, no estado do Paraná, há uma publicação da Prefeitura Municipal de Curitiba, da Secretaria Municipal de Obras Públicas, a qual, através de edital de Tomada de Preços nº TP 01708, propõe a construção do restaurante popular da CIC a ser implantado em área localizada na rua Raul Pompéia, s/n, no bairro CIC, em Curitiba; e também do restaurante popular do Bairro Novo, a ser implantado em área localizada na rua Mercúrio, s/n, no bairro Sítio Cercado. E o que acho interessante e é por isso que uso o horário do PT no dia de hoje, é que esses dois restaurantes, obviamente, são extremamente oportunos, necessários para a população de Curitiba, principalmente para quem conhece Curitiba e esses dois bairros, tanto CIC, como o Bairro Novo. São bairros que têm uma população de baixa renda ou uma população com as classes populares em grande quantidade.

Mas, pedi a inscrição porque quero fazer aqui um registro: esses dois restaurantes estão sendo construídos com recursos repassados do Governo Federal, através do Ministério de Combate à Fome. Acho importante fazer esse registro porque muitas vezes temos visto diversas inaugurações sendo feitas e nenhuma delas, o senhor que foi Prefeito sabe disso, muitas vezes acabam acontecendo um esquecimento. Nesse caso aqui eu não acho que seja esquecimento.

Mas, o contrato firmado entre a união federal, por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do município de Curitiba, estabelece os valores, o Governo Federal, em quantidade muito maior, e não pode ser diferente, do que o município de Curitiba. O que acho que é necessário é que haja também, até por uma questão de uma boa divulgação, que haja da parte da Prefeitura de Curitiba a divulgação que esses recursos do Governo Federal estão patrocinando, sim, os restaurantes populares de Curitiba. Acho importante que tenhamos isso, porque recentemente ouvi, e acho também que é

importante, o atual Vice- Prefeito, Luciano Ducci, fazendo no seu horário de partido o anúncio do hospital de gerontologia, extremamente importante. Acho uma conquista para o município de Curitiba, uma conquista da Prefeitura de Curitiba, sem dúvida nenhuma, mas há um detalhe que acho que precisa ser dito: esse hospital de cerca de R\$ 14 milhões tem 11 milhões, ou R\$ 11 milhões e 300 mil de repasse do Governo Federal.

Então, acho que para sermos no mínimo justos, precisamos fazer com que essas informações cheguem à população. Recentemente fui questionado aqui, Deputado Dobrandino, por que o Governo Federal não investe em Curitiba? Aí, até expliquei para a pessoa que me falou que todos os Governos investiram sempre em todas as cidades, o Governo anterior investiu, este Governo investe, certamente os Governos futuros também investirão, porque os recursos justos têm que ser passados para os municípios.

Agora, acho que é preciso também que tenhamos o cuidado de, ao fazermos o anúncio, fazermos por inteiro, dizendo de onde vêm os recursos, como que há essa participação do Governo Federal, para não passar a impressão - que acho que não é objetivo - mas para não passar a impressão que apenas a Prefeitura está fazendo essas obras.

Então, era um registro que eu queria fazer aqui e também, na mesma direção, comentar um pouco, Deputado Dobrandino, a PEC que o Governador ontem fez referência na Escola de Governo, que foi mandada aqui ao Presidente Nelson Justus e prevê uma série de atribuições, altera a Constituição Estadual, prevê uma série de atribuições aos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, e o Governador Requião ontem disse que gostaria de ver como que nós iríamos prestar contas, notinha por notinha, dos nossos gastos. Acho correto que o Governador tenha mandado a PEC, de antemão já me manifesto, já me manifestei no sentido favorável à PEC. O Congresso Nacional, hoje, tanto o Senado como a Câmara Federal, já fazem esse tipo de prestação de contas. Acho que é importante que a população desmistifique algumas situações que hoje são colocadas, que alguns Deputados ou Vereadores, alguns Poderes, têm, Deputado Durval Amaral, valores estratosféricos. Acho que à medida em que, obviamente que é um processo cultural, mas à medida que pudermos cada vez mais prestar contas publicamente, não porque apenas é um direito da população, uma obrigação nossa, mas porque fortalece o Poder Legislativo, fortalece o Poder Executivo, fortalece o Poder Judiciário, não ter absolutamente nenhuma dúvida quanto ao gastos que fazemos. E eu vejo com muita simpatia.

Sei que é um processo demorado, sei que é um processo que vai exigir talvez um esforço grande, até para que seja aprovado, mas sei que há, em princípio, a intenção de se fazer um processo de termos a transparência absoluta. Cria alguma dificuldade? Sem dúvida, algumas vezes cria alguma dificuldade. É natural. Toda modificação de paradigma cria dificuldades, mas é

uma dificuldade que ao longo dos próximos anos irá trazer muito mais benefícios do que as dificuldades pontuais e temporárias que possam ocorrer com a aprovação de uma PEC como essa.

O que me parece que não dá para entrarmos no debate é se o Governo, através do Executivo, é mais ou menos transparente do que a Assembléia, porque a seu tempo, a seu tempo cada Poder irá adequando as suas necessidades, irá adequando a sua realidade, irá, inclusive por pressão da opinião pública que é legítima e natural, entendendo as razões para fazer mais ou menos o processo mais rápido ou menos rápido de transparência que tanto desejamos.

Lembro aqui que o CNJ - Conselho Nacional de Justiça, quando determinou algumas ações dentro do espaço judiciário, o fez não apenas por sua vontade, mas o fez por sua vontade e também por uma pressão da opinião pública. Acredito que o Governador, de forma extremamente correta publica à relação dos servidores públicos, publica, não no todo, mas em boa parte, os gastos dos recursos do estado. Acho que quando a Oposição aqui questionou os gastos com os cartões corporativos está corretíssima, tem que questionar, afinal isso é feito em Brasília, deve ser feito aqui, deve ser feito no município de Curitiba que não tem cartão corporativo, mas tem determinados tipos de gastos e não podemos, eu não diria fugir, porque esse não é termo correto, mas não podemos deixar que este debate seja colocado de lado, como se não fosse importante, necessário e principalmente como se não quiséssemos fazê-lo de frente.

Como já falei aqui, a seu tempo essa PEC deverá, os Deputados dos partidos nomeados, deverá ser examinada e aí não teremos mais problemas como estamos vendo de algumas centenas de caixas serem entregues aqui ou serem entregues no Judiciário e nós também, em determinados momentos, talvez tenhamos as nossas centenas de caixas para entregar.

Espero sinceramente que possamos aprovar essa PEC aqui. Espero que o Judiciário, o Executivo, o Legislativo, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, sem nenhum tipo de constrangimento a ninguém, acho que o tom dessa cobrança, primeiro, não pode ser pessoal, Deputado Durval Amaral, não pode ser pessoal porque acho que nenhum de nós, em absolutamente, tem o direito de fazer cobrança pessoal. Com todo respeito que tenho pelo Governador Roberto Requião, respeito e admiro muito suas ações, acho que o Governador não tem, no meu entendimento, direito de fazer cobrança individual de Deputado. O Governador já foi Deputado desta Casa, sabe como esta Casa funciona e sabe muito bem que se ele quiser informações ele as obterá, não precisa usar a Escola de Governo para fazer cobrança individualizada, porque a cobrança individualizada cria uma generalidade com todos os Deputados que eu acho que não é bom! Não é bom para o Executivo, não é bom para o Legislativo! Agora, se o Governador, de fato, quiser aprovar a PEC, ele tem a maioria nesta Casa e poderá fazê-lo e acho que contribuirá muito.

Agora, de fato, depende não da vontade do Presidente, que tem um rito e certamente irá cumpri-lo, mas depende, de fato, da vontade também do Governador, talvez aí menos na escola e mais aqui dentro tenhamos que fazer esse debate.

Concedo o aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Só para dizer que todos os Deputados, tenho certeza absoluta, prezam pela transparência, nós queremos transparência! Só me admiro o Governador só agora pensar nesse assunto e mandar essa mensagem para o Poder Legislativo que é, verdade competência parlamentar.

O SR. TADEU VANERI (PT)

Obrigado, Sr. Deputado. Só lembraria, Sr. Presidente, que antes tarde do que nunca, eu saúdo a emenda, acho que ela é muito bem-vinda e nós saberemos fazer o bom debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PMDB, Deputado Cleiton Kielse.

Liderança do PMDB: Deputado Cleiton Kielse

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Kielse, me permite um aparte antes que V. Exa. comece a falar?

(Assentimento)

V. Exa. como Deputado que pertenceu ao partido do Governador Jaime Lerner, poderia fazer a defesa do Governador Jaime Lerner, a pedido do Líder do Governo porque ele está tão preocupado que não há defesa do Governador Jaime Lerner. V. Exa. poderia fazer a defesa porque é Vice-Líder do Governo e pertenceu ao partido do Governador?

O Presidente Nelson Justus poderia dar uma colaboração, o Ney Leprevost, os demais Deputados que hoje votam com o Governo Requião, porque ele quer atribuir tudo a mim e eu tenho tido muito serviço para mostrar os erros desse Governo.

Então, não gostaria mais de usar o meu tempo para fazer a defesa do Governador Jaime Lerner.

Obrigado pelo aparte, desculpe e depois lhe concedo quando usar a tribuna.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Gostaria, neste momento, em respeito a todos os Parlamentares, a toda nossa grande Curitiba, a nossa região metropolitana. Não só o nosso trabalho direto e indireto num projeto que eu trouxe há cerca de três semanas, que tínhamos dúvidas a respeito do que há dois anos e meio eu, pessoalmente, entreguei a URBS, sobre a possibilidade da mudança do projeto da Linha Verde.

Estudei com muito afinco, com muita dedicação, sem brincar na questão política, que não vim aqui criticar ninguém. Muito menos o atual Prefeito. Mas fui buscar dentro do quadro da legalidade todas as informações que eram pertinentes à Linha Verde.

Infelizmente, o Presidente atual da URBS, que o conheço apenas por algumas festividades, ele veio com uma crítica de ordem pessoal contra este Parlamentar, que nunca fez crítica pontual contra o atual Prefeito.

Não estou no momento para fazer qualquer crítica ou politicagem em cima da Linha Verde. Quero a solução da Linha Verde.

Por isso fui buscar informações em todos os níveis, no DER, DNIT, nas empresas que fazem a linha de transporte da região metropolitana, nos números condizentes a nossa antiga BR-116, trecho Atuba-Pinheirinho, atual BR-476.

Solicitei oficialmente ao DNIT no dia 23 de abril, como seria o relatório de análise do projeto de ligação e reestruturação da BR-476, antiga BR-116 entre o trecho do Atuba e do Pinheirinho, no município de Curitiba.

Recebi a resposta que foi enviada à imprensa no dia de ontem, mostrando o nosso projeto na busca de recursos do Governo Federal e do Governo do Estado, e a resposta realmente, a mim, foi uma grande surpresa.

Uma surpresa que vai dar influência, com certeza, a outras informações paralelas que me preocupam. Preocupam-me muito.

Hoje teríamos 60, 80 mil carros por dia na BR-116, sem nenhum projeto de trincheira ou viaduto, sem nenhum projeto de passarela para as pessoas que vão transitar entre as duas Curitiba. A que pertence ao lado norte, que temos a ligação direta com os bairros do Boqueirão, vila Hauer, Bairro Novo, CIC, Bairro Alto e tantos outros. E com o sul, que falamos, a ligação do centro da cidade, o bairro Jardim Social, do Bacacheri e todos os demais bairros. São duas Curitiba. Demonstrei isso há dois anos e meio atrás, quando já era o atual Prefeito.

Pasmem! Dizem que esse projeto foi rasgado e picado na URBS, e aí, fiz essa solicitação ao DNIT, colocando todas as considerações necessárias sobre o nosso projeto e a nossa busca de recursos no Governo Federal e no Governo do Estado. Independente da condição política, da condição partidária, que não é isso que quero ressaltar; quero ressaltar a necessidade da mudança do projeto da Linha Verde.

Vamos ter o maior caos de trânsito da história do estado do Paraná nesta Linha Verde. A ampliação das vias, o número de veículos, os 180 ônibus, que talvez o Presidente da URBS não saiba fazer conta. Mas temos 180 ônibus divididos que entrarão na BR, divididos em 18 ônibus que entrarão mais de 10 vezes circulando.

Por isso fiz esse pedido ao DNIT, e o DNIT me respondeu aqui, vou ler apenas a última frase. Me assustei, até, com o relatório do DNIT, porque eu pensava que

fosse parceiro, neste momento, mas me assustou. Diz assim: “Por fim, o projeto proposto não tem viabilidade técnico-econômica, não está concluído, tem problemas técnicos, operacionais, de segurança, de concepção, de desapropriação, de custos, na área ambiental, de tráfego, de integração com os sistemas já existentes, constituindo uma aberração de engenharia, uma ilegalidade e uma irresponsabilidade técnica”.

Isto falado pelo DNIT. Não é o Kielse quem está falando. Fiz uma resposta ao Presidente da URBS, estou enviando esta resposta agora. Não é a minha resposta. Sou advogado, não sou engenheiro, mas sou motorista.

O Sr. Professor Luizão (PT) (Aparte)

Quero lhe parabenizar pelo pronunciamento e por levantar esta questão de tão grande importância para a nossa Casa, porque a antiga BR-116, uma vez tendo seu trajeto desviado, ficou um espaço privilegiado na cidade para ser utilizado para nossa integração, dos municípios da região metropolitana e para ser melhor aproveitada, dentro da cidade de Curitiba. E lamentavelmente, como V. Exa. mesmo afirma, e quero lhe fazer um elogio, porque não só conhece muito bem a região metropolitana, mas principalmente Curitiba.

E está claro que esta obra, do jeito que está sendo executada, não vai atender ao principal objetivo, que é a integração, porque vai tornar o trânsito lento e vai continuar dividindo Curitiba ao meio. Era a grande oportunidade de integrar as duas partes de Curitiba, urbanizando um espaço importante. Hoje não se tem um espaço privilegiado destes, que liga a cidade de uma ponta à outra, e lamentavelmente estamos acompanhando isto que o senhor acaba de relatar.

Acredito que ainda há tempo de consertar este serviço que está sendo feito, para podermos ter, de fato, uma obra que atenda ao interesse da população curitibana e principalmente da região metropolitana.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB) (Aparte)

Quero fazer minhas as palavras do Professor Luizão e mais uma vez parabenizá-lo por levar este tema à tribuna e dizer que é importante, a nível de Governo, até porque esta rodovia, que era federal, passou à jurisdição municipal ainda com questionamentos, ou seja, o DNIT questiona o repasse à Prefeitura de Curitiba, para que use a faixa de domínio de uma rodovia federal para fazer um projeto de caráter local.

Quando iniciou-se este projeto, falava-se no eixo metropolitano, dando o entendimento de que ele tinha uma visão principal de circulação regional, norte e sul, melhorando a circulação dos municípios da região metropolitana com a cidade industrial. E é evidente que esta concepção de projeto urbanístico, onde não se privilegia a construção de uma via de alto volume de tráfego, ela não privilegia a circulação. E teremos, com certeza, através do sistema de semáforos, além da divisão entre os dois lados da cidade, como falou o Deputado Professor Luizão, realmente nenhuma solução para a situação que hoje já é muito caótica.

Parabéns pelo seu encaminhamento.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB) (Aparte)

Vou tentar ser objetivo, mas discordando completamente do que o DNIT está falando, aqui. Acho que o DNIT está equivocado. Concordo, em parte, com o que o senhor falou, Deputado Cleiton Kielse, realmente tinha que ter as trincheiras. Este é um erro do projeto, mas de modo geral o projeto é muito bom. Conheço desde que o Cássio Taniguchi começou este projeto, que era o eixo metropolitano, e o nome oficialmente aprovado na Câmara de Vereadores, eu aprovei, Ney Braga, vai se chamar. Mas discordo completamente e depois vou debater isto. A não ser a questão das trincheiras.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Só para ressaltar a fala do Deputado Edson Strapasson, não foi concedida a concessão da BR, que hoje não é mais BR-116 e sim BR-476. Foi autorizada a mobilização e ampliação em alguns pontos. Por isso não existe a concessão oficial da BR-476, que é a ligação Colombo também, na entrada da sua cidade, com Curitiba, é apenas a autorização da execução da obra. E quando as trincheiras e viadutos foram tirados completamente do projeto, que aí sim nós teríamos a integração das duas Curitiba.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Kielse, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Kielse, lhe concedo um aparte educadamente porque V. Exa. me concedeu. Só queria fazer uma proposta, coloco à disposição de V. Exa. para marcarmos uma data da vinda aqui do IPUC, certamente poderíamos discutir, debater dentro desse amplo conhecimento que V. Exa. está se aprofundando nessa questão, os técnicos do IPUC viriam aqui, poderíamos combinar a data.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Só para ressaltar sobre o seu comentário, já conversamos com o próprio Ministro dos Transportes para marcarmos em Brasília uma reunião para que Curitiba tenha recursos também do Governo Federal para a execução das trincheiras e dos viadutos. Inclusive falei com o Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Tizzot, que disse que viabilizaria, caso fosse necessário, as vigas para os viadutos pela fábrica que nós temos em Ponta Grossa.

Mas, o comentário que o senhor fez a respeito do Jaime Lerner, eu sou amigo pessoal do ex-Governador Jaime Lerner, tenho um respeito por ele maravilhoso, a Dona Fani Lerner nem se fala. Mas, nunca o critiquei aqui, deixar bem claro isso, ele teve excelentes projetos no seu Governo, mas teve alguns erros, como o BANES-TADO que o senhor sabe muito bem disso, e a questão dos preços das tarifas dos pedágios. Foram os dois grandes erros que ocorreram dentro do mandato do Jaime Lerner. No mais, nunca teci comentário à pessoa ou aos projetos que ele executou.

E quanto as obras existentes no estado nós somos conhecedores, meus municípios foram muito beneficiados também no tempo dele com muitas obras, por isso, com todo respeito ao ex-Governador Jaime Lerner, a Dona Fani, nós temos amizade com os dois, mas não tenho autoridade para defendê-lo em alguns pontos em que o Líder do Governo tem ponderado. Sendo que são ponderações de Governo, ponderações que nós defendemos em certos momentos com os aspectos das obras que o atual Governo tem executado, sempre muito transparente quanto a isso. Por isso agradeço a sua gentileza, estou sempre à disposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. deve ter percebido que eu também fui elegante, até V. Exa. falou três minutos, só que o que eu não consigo entender, Deputado Kielse, quem é que tem, e me parece que é uma forma de tentar me intimidar. Eu, quando exerci a Liderança do Governo, aqui, V. Exa. não teve dúvida do meu posicionamento. E os meus posicionamentos políticos eles são antecipados.

Então, não entendo porque existe um Parlamentar que quando acuado ele me agride e esquece. Olha, se hoje o Governo tem maioria nesta Casa, é porque conta com um grande número de Parlamentares que apoiaram o Governo Jaime Lerner. Diferente do que eu - eu sou Oposição. Então, o que eu disse, aqui, Deputado Kielse, quis ser claro, quero achar quem é a pessoa que pode ter aqui a procuração de fazer a defesa. Sei que no Governo Jaime Lerner teve erros, acertos, o que V. Exa. falou. E a mesma admiração que V. Exa tem por Dona Fani, pelo ex-Governador, por pessoas, eu também tenho.

Concedo um aparte ao Deputado Osmar Bertoldi.

O Sr. Osmar Bertoldi (Partido Democratas)

Gostaria de dizer que a obra do eixo metropolitano, hoje chamado por Linha Verde, iniciou em 2000.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Bertoldi, desculpe, tenho um outro assunto para falar.

Fico à disposição de V. Exa., vamos trazer, na semana que vem, os técnicos do IPUC. V. Exas. têm toda a razão.

Quero dizer que, Deputado Bertoldi, comecei a admirar mais ainda o Deputado Cleiton Kielse. Temos que ter postura de Parlamentar.

Deputado Cleiton, V. Exa. cresce a cada dia mais no meu conceito, pelo respeito com que tem me tratado. Divergentes eternamente ou momentaneamente, mas respeitosa eternamente. V. Exa. terá sempre o meu respeito, a minha admiração, se eu sempre receber esse tratamento respeitoso que tenho recebido de V. Exa.

Deputado Bertoldi me compreende, não quero entrar na questão da Linha Verde, primeiro porque não entendo, mas já falei com o Prefeito Beto Richa. Certamente V. Exa. quer contribuir, e irão contribuir, porque sabemos que não fazemos nada sozinhos.

Quero tratar de dois assuntos e gostaria da atenção de todos os Parlamentares. Agradecer também o Deputado Tadeu Veneri pelo seu posicionamento.

O Governador não pode querer pinçar o Deputado Rossoni, para tentar neutralizar o Líder da Oposição.

Presidente Nelson Justus, o Governador fez um desafio para que eu abrisse os meus gastos. Como quero manter o respeito para com a Mesa Executiva, na segunda-feira estarei entregando todas as minhas contas a V. Exa. Não quero tripudiar ninguém aqui. Entrego as minhas contas e V. Exa. tem todo direito de torná-las públicas. Não vou me submeter à vontade do Governador. Ele pode fazer as provocações, mas sempre estarei em defesa desta Casa.

Esta Casa precisa da compreensão da população. Esta Casa é vulnerável, porque não gasta dinheiro com mídia. Esta Casa mexe com migalhas, não mexe com bilhões. Estamos falando da parte mais legítima que tem na sociedade que é o Poder Legislativo. Não somos nomeados. Somos eleitos.

Agora, Secretário é nomeado, não é eleito. Devemos prestar contas para a população, mas além de prestar contas, temos que ser rigorosos com o Governo.

Sr. Presidente, quero que compreenda a minha atitude. Está em vossas mãos, não nas mãos do Governador, porque não confio nele, não acredito nele, sou seu adversário. Persistirei aqui respeitando a pessoa do Governador e a sua família, mas dizendo que não há como fazer Oposição de outra forma.

Estou com dois jornais, Deputado Pugliesi. Um assunto da ParanaPrevidência que será pauta da semana que vem. Vamos ter que abrir um amplo debate. Mas, ontem, quem assistiu a "escolinha", segundo informações extra-oficiais que tenho, pode ser que eu esteja equivocado e é muita pretensão minha, parece que o meu pronunciamento foi ouvido pelo Governador. A minha esposa assistiu ontem a "escolinha", e ao assistir ela disse: "O Governador citou o seu nome, mas não foi agressivo com você". Fez cobranças legítimas, porque se eu exijo transparência dele, ele tem toda legitimidade de exigir transparência deste Deputado, porque somos iguais perante a lei. Ele é mais poderoso do que eu. Concordo. Mas, ele tem direito de fazer a cobrança que fez na "escolinha" ontem. Mas, o Governador, em nenhum momento usou palavras deste porte. Quem seria eu para fazer a defesa do Governador aqui? Está aqui: "Rossoni é mentiroso, não tem estatura moral". Dispara Requião. Salvo se essa parte a minha esposa não tenha assistido.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

A minha esposa assistiu e o Governador não disse isso. Vou interpelar judicialmente o Governador, porque se ele não disse, apenas vai afirmar que não disse e eu vou processar o jornal. Salvo não tenhamos ouvido essa parte.

Vocês não querem que eu dê ibope para um jornal que não sai das quatro paredes daqui e do Palácio Iguaçu. Depois mostro o jornal. Só a minha fala aqui já vão saber que esse jornal começou a existir. Esse não é de circulação nacional e não é do Quêrcia.

Sinceramente, não quero fazer a defesa do Governador. O Governador foi duro comigo, como foi na entrevista da Rede Globo. Fui duro com ele. Ele foi respeitoso, eu até o presente momento fui respeitoso. Não ouvi essas palavras e a minha esposa não ouviu essas palavras. Perguntei para a minha assessoria que também não ouviu. Mas, não posso deixar passar em branco. Vou interpelar o Governador na Justiça: ele afirma, ou fala que esse jornal mentiu. Se o jornal mentiu, vai pagar a conta, porque me considero um homem razoavelmente sociável, razoavelmente sério. Um homem de postura muito firme, com todos os meus defeitos. Sei que às vezes até meus colegas me acham muito radical. É o meu jeito. Não há mais como mudar.

Não vamos mudar o Requião. Podemos mudar o Governo dele. Não tenho a pretensão de mudar o Requião, mas o Governo dele eu vou lutar até o último dia. Se ele fizesse uma faxina, demitisse, o primeiro a ser demitido: Secretário da Segurança. Aonde você vai tem reclamação. Poderia me aprofundar em mais alguns, mas não tenho que dizer quem tem que ser demitido. Tenho que dizer o seguinte: a minha luta aqui é mostrar os erros do Governo. Há acertos, sim, mas os erros são muito maiores. Estou aqui para falar sobre isso. É obrigação da Oposição ser dura, firme e contundente.

Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Dizer ao Deputado Valdir Rossoni que em questões políticas estamos em lados opostos. Já estive na Oposição como V. Exa. está e V. Exa. esteve na Situação. Portanto, cada um de nós conhece plenamente os caminhos que tem a seguir. Eu poderia lhe dizer, com toda a segurança, porque eu estava presente, que essas colocações que V. Exa. leu no jornal, como palavras do Governador referindo-se a V. Exa., não foram ditas. Portanto, é natural que V. Exa. esclareça o assunto. É perfeitamente natural e plausível que o Governador do Estado vá dizer que não disse.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Acho que não é necessário isso. Interpelo a V. Exa. que tem uma amizade com o Governador Requião. Apenas fazer uma pergunta, porque fiz a defesa do Governador aqui. Ele não disse isso até onde a minha esposa

assistiu. Acho que nem na Justiça, senão vou dar muita importância para quem não tem importância no circuito político do Paraná.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB) (Aparte)

V. Exa. pode ter certeza absoluta de que não foram expressões ditas pelo Governador, porque foi uma “escolinha”, algo público transmitido por televisão. V. Exa. poderá ter a cópia no momento em que quiser. É bom levantar, porque o mau entendido da imprensa provoca uma discussão e um acirramento de ânimos, que não têm acontecido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Caíto, às vezes vejo a irritação do Governador e o que me preocupa é esse tipo de jornal. Ele não falou isso e eles colocam no jornal. Imaginem o que chegam a contar para o Governador do que falamos aqui. Alguém para mostrar serviço, para dar uma “maminha nas tetas do Governo”, para ser agradável e gentil. Nunca ataquei pessoalmente o Governador. Apontei erros de conduta. Ele pode apontar os meus. Eu os tenho e muito. Há de se ter um princípio de respeito, porque não há como se fazer crítica e ser agradável. Quem não gosta de um elogio? Eu gosto, o Governador gosta, todos nós gostamos. Mas estamos aqui em um papel diferente.

Tenho aqui um papel da ParanaPrevidência para a semana que vem, que é importantíssimo. Como é que vou me furtar de levantar esta questão? Vamos travar um debate. Depois, certamente, terá que vir alguém aqui da ParanaPrevidência. Vamos ter que trazer a consultoria, que deu o parecer, porque me deixou preocupado. Esta é a minha função e não abro mão disto. Não vou e não tenho pelo quê me intimidar. Até hoje exerci a função de Líder da Oposição e algumas pessoas me perguntam: “Deputado Caíto Quintana, você anda sem segurança?” Por que segurança, se eu nunca recebi uma ameaça? Talvez, eu receba hoje, porque estou falando aqui. Nunca! Tenho exercido esta liderança e não tenho motivo para ter medo em fazer Oposição. Hoje, talvez, seja um posicionamento totalmente diferente meu, porque esse jornal está cometendo uma injustiça. Talvez, agora, o Governador diga o que está escrito no jornal. Não sei o que ele pensa de mim, mas espero que não o diga, porque ele estaria cometendo um grande equívoco. A cobrança que ele fez, ontem, com toda a razão - se estou exigindo transparência dele - ele é muito mais cidadão paranaense, com propriedade e legitimidade, para me cobrar transparência. É lógico e evidente de que não vi aquilo como retaliação, não dei nenhuma declaração vendo aquilo como retaliação. Ele é tão inteligente - não por menos que ele é três vezes Governador. Por que é um marqueteiro. A grande verdade é que nós os encurralamos com os cartões corporativos e ele saiu pela tangente dando tiro na Assembléia. Essa é uma atitude que é própria dele.

Nós que temos que nos defender com transparência, com atitudes, com lisura, com um bom trabalho. Porque a

população agora nos assiste, a população também não vai dar atenção - se não o Governador que desviar a atenção para sua PEC, se nós estivermos, aqui, fazendo o nosso bom trabalho. A população vai dizer que vale a pena ter Deputado, e só nós vamos convencer a população que é bom votar em bons Deputados, se formos bons Deputados. Eu me esforço, acho que ainda não consegui, mas vou me esforçar até o último dia deste mandato fazendo e cumprindo meu compromisso, fazendo meu trabalho.

Agradeço a atenção dos Parlamentares e agradeço a compreensão do Presidente por essa minha fala e por esse meu posicionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Só queria desfazer um equívoco, aqui, envolvendo o Deputado Plauto Miró, que aquela história de cheque não tem nada a ver com o Deputado Plauto. Só para não pensar que tem alguma coisa a ver com o Deputado Plauto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Primeiro agradecer ao nosso Líder que cedeu este horário pela Liderança do PPS, Deputado Douglas Fabrício.

Hoje vou falar sobre respeito na política e o trabalho da TV Assembléia - que é fantástico para a democracia. Porque aqui exercendo o papel de Parlamentar da Oposição, nós cobramos do Governo - como fizemos ontem a respeito do colégio Instituto de Educação, que passou por momentos extremamente difíceis e segundo o Boletim de Ocorrência dos Bombeiros nº 390733, foram chamados às pressas para socorrerem os alunos e até mesmo professores. Deixamos registrado este descaso com a Educação.

Mas faz parte, Deputado Romanelli, faz parte da Oposição fazer a cobrança e faz parte dos Deputados governistas defenderem de alguma forma. Isso é democrático. Aqui, na Assembléia Legislativa, fazemos isso com respeito ao cidadão paranaense. Não acontece a mesma coisa na TV Educativa - que a TV Educativa é a tevê do palácio.

Aqui falamos, por exemplo, a respeito do soldo dos policiais. É claro que a Bancada do Governo tem que defender dizendo que o soldo, na verdade, não é salário. Respeitamos isso.

Falamos sobre o aumento que poderia ser dado aos professores e é claro que existe um argumento também da Bancada do Governo. E isso é natural, isso é democrático. Falamos sobre os gastos com publicidade; sobre os problemas na Secretaria da Comunicação - sobre os jornais irregulares: o Jornal da Educação, o jornal Notícias do Paraná, que foram impressos 800 mil exemplares e não sabemos quantos mil reais foram empregados em publicidade com esse jornal que considero extremamente irregular.

Falamos sobre os cartões corporativos, pedimos informações e elas não vieram. Falamos, aqui, a respeito do Instituto que está caindo aos pedaços e aí sobe uma outra pessoa do outro lado da tribuna para dizer que está tudo bem, que está tudo ótimo, não precisa mexer. Mas os alunos, os professores, a cidade inteira de Ponta Grossa sabe porque acompanhou e na Rede Globo ontem saiu, num informativo estadual, a respeito das condições da nossa Educação.

Falamos aqui que o Porto de Paranaguá está prestes a parar e que a qualquer momento pode acontecer um encalhe de uma embarcação. Estamos alertando o Governo para a situação difícil, precária que se encontra o nosso porto. Mas, o Governo vai à outra tribuna dizendo que está tudo bem, que o Porto de Paranaguá está indo muito bem mesmo.

Falamos sobre os investimentos em Segurança, falamos que a cidade de Ponta Grossa ficou de fora, pelo menos no site do Governo, nos próximos três anos não teremos investimentos em Segurança na região dos campos gerais. Em todos os municípios cerca de 1 milhão de habitantes que moram na região dos campos gerais não vão ter um investimento necessário na área de Segurança, falamos sobre isso. E tem gente que vai à outra tribuna e diz: "Não, a Segurança está boa, não precisa mexer". Esse é o nosso trabalho como Deputados: o de cobrança. Deputado de Oposição tem que enfrentar. Eu sei que eu vou falar aqui, depois o Deputado Romanelli vai me interpelar, vai subir à tribuna, pode falar que eu não estou exercendo o meu papel de Deputado de Oposição de maneira condizente, mas é democracia, sim. E cabe a quem está nos assistindo, quem está nos acompanhando e acompanhando, realmente, o trabalho de cada Parlamentar, sabe quem está certo, quem está errado.

Respeito os Deputados do Governo, tanto é que ontem quando eu falei do Deputado Kielse, talvez o Deputado Romanelli estivesse como está agora, ao celular, e não tenha prestado atenção. Eu falei que o Deputado Kielse, como participou da campanha do Governador, como usou a bandeira, pediu votos para o Governador, ele subiu à tribuna de maneira correta para dizer que o Governo pretende, sim, investir em Educação e em outras áreas. Então, ele defendeu da maneira mais correta, e eu estava elogiando o papel do Parlamentar, fiel, cuja fidelidade, falei ontem, que não acontece por parte do Palácio. Os Parlamentares aqui o defendem, defendem o Governo, mas na hora do Governo defender

os Parlamentares que aqui estão, inclusive empenhando e comandando a máquina do Governo, aí não existe a contrapartida.

Falamos também sobre a cortina de fumaça, porque essa PEC que o Governo está mandando para cá, que é importantíssima porque fala de transparência, é na verdade uma cortina de fumaça, porque devem existir problemas com relação aos cartões corporativos. A Justiça determinou, nós vamos ficar sabendo. Aí, sim. Mas, precisamos falar do nepotismo. Se o Governo liberasse a Bancada Governista para que pudéssemos aprovar a PEC do nepotismo, aí sim começaríamos a passar a limpo o estado do Paraná em todo os Poderes.

Portanto, defendo o meu posicionamento como Deputado de Oposição, respeitando os Srs. Parlamentares, que são a maioria, nós somos a minoria, são poucos os Deputados de Oposição, mas respeito o posicionamento dos Deputados do Governo, com respeito ao Parlamento também. Não podem existir políticos com duas caras, os que batem e assopram. Isso eu não concordo. Políticos, de maneira geral, acho que temos que ter personalidade, acima de tudo, porque o nosso eleitor cobra isso. O meu eleitor de Ponta Grossa e da região dos campos gerais me elegeu para ser Deputado de Oposição, eu estou aqui para ser Oposição, para ser fiscal. E assim vou permanecer até o final da minha legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O Deputado Cheida me perguntava: "O senhor vai declinar do horário?" Eu vou declinar, Deputado Cheida, de deixar de registrar aqui aquilo que, na minha avaliação, não é o bom debate político. Entendo que a Oposição num Parlamento é fundamental, e não sou eu que vou ditar as normas de conduta da Oposição.

Eu fui Oposição aqui nesta Casa ao Governo do arquiteto Jaime Lerner, e quando fiz Oposição aqui ao Governo, eu fiz de forma fundamentada.

Na minha memória, com exceção de uma única vez que cometi uma injustiça, num projeto que tratava de um tema tributário e que estava previsto que se destinaria 25% para os municípios no projeto de lei, nunca subi a esta tribuna e dei o prazer para que o Líder do Governo pudesse me questionar, porque sempre estudei profundamente as matérias que eu tratava quando me pronunciava.

Lembro-me bem até, um projeto que tratava, eu dizia que os municípios teriam prejuízo e na verdade estava contemplado e eu tive que, publicamente, reconhecer que estava errado. Foi a única vez, Deputado Cheida, que eu diria que agi de forma apressada. As outras vezes que subi a esta tribuna eu nunca consegui ser desmentido pelo Governo de então.

Sempre fiz pronunciamentos aqui, nunca atacando a honra, nem do Governador, nem do irmão do Governador, do cunhado do Governador, muito menos ainda da esposa do Governador. Nunca quis saber quanto que a dona Fani Lerner gastava. Nunca quis o cartão corporativo da dona Fani, Deputado Douglas Fabrício, nunca pedi isso a ela, nunca fiz isso nesta tribuna aqui. Por quê? Porque eu sabia que no Governo temos controle, o dinheiro público é bem aplicado, e mais do que tudo, sabemos que há controle interno da Administração Pública, como há também controle externo da própria Administração.

Efetivamente, ou estabelecemos aqui uma linha de corte, de respeito que possamos, na verdade, todos nós promover o debate político. Eu por, exemplo, acho que temos 398 outros municípios além de Ponta Grossa, sinceramente. Com o devido respeito aos Parlamentares de Ponta Grossa, não entendo que nós possamos, por termos aqui quatro Deputados de Ponta Grossa, toda Sessão nossa estamos transformando, com o devido respeito, olha, por favor, não vamos interpretar mal o que estou falando, não podemos transformar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná na Câmara de Vereadores de Ponta Grossa. E eu estou falando isso com o maior respeito. Por favor, não me interpretem mal. É uma opinião política minha. Por quê? Porque temos temas importantíssimos, extremamente relevantes para serem debatidos.

E eu entendo, Deputado Augustinho Zucchi, temos projetos aqui nesta Casa, às vezes a mim parece, em determinados momentos, fica até esquizofrênico - nós estamos votando projetos importantíssimos na Ordem do Dia de hoje que envolvem os cargos de provimento, de confiança, no Tribunal de Justiça, que serão votados na Sessão Extraordinária; uma lei que protege o setor do vestuário; e nós, na verdade, não estamos debatendo os temas que são centrais, na verdade, desse debate. Ficamos, na verdade, numa discussão estéril em relação a questões que na minha modesta opinião, elas, na verdade, são questões que, sinceramente, não contribuem.

Ontem falei aqui do gasto dos aviões, do aluguel dos aviões feito pelo ex-Governador Jaime Lerner, no gabinete pessoal dele R\$ 28 milhões.

Ora, sabemos, tenho aqui enumerado, Exas. eu não vou ler isso aqui hoje, até tinha me preparado para falar um pouco, Deputado Pugliesi, dos desmandos que aconteceram naquele período. Mas quero aqui dar um crédito de confiança à Oposição, de tentar promover, Deputado Traiano, V. Exa. que é Líder do PSDB, tentar promover um debate político que seja ele fruto, claro, da manifestação da liberdade de expressão de cada Parlamentar, mas um debate político produtivo, mesmo que o Parlamentar seja de Oposição, aquele sentimento de fazer a crítica para poder melhorar!

Deputado Jocelito, tenho que reconhecer, V. Exa. é profundo conhecedor da cidade de Ponta Grossa, sem desmerecer o Deputado Rangel e o ex-Prefeito Péricles. O Deputado Plauto talvez conheça

um pouco menos, agora fiquei feliz de ouvir hoje, Deputado Plauto, no pronunciamento seu aqui da tribuna, dizer que vai fazer um levantamento, vai visitar as escolas estaduais. Entendo que deve fazer muito tempo que V. Exa. não visita as escolas estaduais de Ponta Grossa, mas vai visitar, isso é muito bom! Entendo que V. Exa. vai crescer com esse movimento favoravelmente, quero reconhecer que está correta a sua decisão de visitar as escolas estaduais.

Reconheçamos, Deputado Ney Leprevost, o nosso Governo pegou uma heranzinha difícil, só do BANESTADO R\$ 65 milhões, Deputado Douglas Fabrício, todo mês! V. Exa. não votou aqui o endividamento do Paraná e a privatização do BANESTADO, mas tem muita gente que foi naquela tribuna ali e votou, votou! Votou um endividamento que nos custa R\$ 65 milhões por mês, é assustador, mas esse é o número que estamos pagando e é por 30 anos, tem mais 26 anos para pagar, só que a dívida corrige pelo SELIC, pelo IGPM, na verdade cresce mais que a inflação e nós não vamos pagar nunca essa dívida do BANESTADO e perdemos o banco!

Como também a luta que teve aqui nesta Casa na tentativa de vender a COPEL, meu Deus do céu, a COPEL ia falir, estava falida, a COPEL, não tinha como sobreviver, um mercado competitivo. Outro dia ouvi um Parlamentar na tribuna criticando que a COPEL tinha tido um lucro muito grande no ano passado! Ora, sacramento, entendo que devemos ter uma posição muito responsável para poder promover o debate político à altura que os paranaenses merecem. Entendo que esta Casa tem que tomar providências no sentido de reunir lideranças, formadores de opinião, temos que estar planejando o nosso estado de forma estratégica, não para os próximos quatro anos, mas para os próximos 20 anos. Identificar onde estão os gargalos mesmo, os reais gargalos, onde estão os problemas mais graves, onde temos que investir em infraestrutura, onde temos que investir pesadamente nessa questão que envolve desenvolvimento humano.

Esses temas, na verdade, são temas relevantes, isso temos que discutir, temos que promover um debate com a sociedade civil organizada, com o setor produtivo, de como superar essa desigualdade social que temos no estado do Paraná. Há uma denúncia, uma irregularidade, vamos discutir a irregularidade, agora a escandalização da política, sinceramente, entendo que não serve à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, é nivelar por baixo. A discussão que devemos travar aqui é a favor do interesse público!

Por isso, conclamo a todas as pessoas aqui, não só, claro, a nossa base que tem feito este debate, mas os Parlamentares da Oposição. Conheci já alguns aqui que eu não os conhecia, pessoas preparadas, inteligentes, ora, usem, vamos nos libertar um pouco. Um pouco é a mídia que faz isso também, ficamos refém da mídia, às vezes, a mídia pauta um tipo de comportamento teu, a mídia que

está com um tremendo mau humor com o Governo porque o Governo não está investindo em propaganda. Ela pauta a posição da Oposição, todo dia é um escândalo novo, para quê? Para incomodar o Governador Requião lá no Palácio Iguaçu, Palácio das Araucárias. Eu gosto do Palácio Iguaçu, um palácio tradicional, embora o das Araucárias tenha ficado muito bonito também, embora o nome dele, Tibagi, seria uma grande homenagem, de fato, a esse grande rio paranaense, mas essa é uma opinião pessoal minha.

O fato é o seguinte, temos que ter a capacidade de poder raciocinar sobre aqueles temas que são reais em relação ao que estamos fazendo. Essa Casa votou um Orçamento Programa, a Oposição apresentou emendas. Nós debatemos, sabemos que o Governo está fazendo. Temos o programa de obras que a Secretaria de Obras tem que executar lá no município de Ponta Grossa, especialmente no Instituto.

Exa., sabe, o Governo teve uma frustração tremenda por ter que anular aquela licitação, porque não houve concurso licitatório, lamentavelmente. Não podia homologar aquela licitação.

O fato é o seguinte, temos que ter a responsabilidade de debater os temas, mas com o sentimento que esta Casa aqui tem um grande papel a cumprir e temos que estar à altura do que exige a moderna sociedade paranaense.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 970, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que assegura aos Ministros de todos os cultos a assistência religiosa aos enfermos e presos de todo gênero. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 834/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado aos Ministros, Sacerdotes, Diáconos, Monges, anciãos, colaboradores ou representantes de igrejas e templos que exerçam papel semelhante, de todas as religiões e cultos, o acesso a rede hospitalar pública estadual ou privada, estabelecimentos prisionais aqui definidos com o penitenciárias e/ou delegacias de polícia, cárceres e afins, para prestar assistência religiosa a enfermos, internos e presos de toda e qualquer natureza, respectivamente, observadas as normas de segurança e administrativa peculiar a cada um desses estabelecimentos.

§ 1º - As visitas aos hospitais, públicos ou privados, postos de saúde, enfermarias e similares, para efeito desta lei, poderá ser feita a qualquer hora do dia ou da noite, só devendo ser evitada por expresse desejo do paciente.

§ 2º - Para os fins previstos no *caput* deste artigo no tocante ao sistema prisional em geral, deverão ser respeitadas as normas, portarias e horários de cada órgãos, devendo os Ministros religiosos preferencialmente, programar antecipadamente as atividades que pretendem desenvolver independentemente da religião, credo, fé e culto.

§ 3º - Cabe às entidades, referidas no *caput* deste artigo, a fiscalização da veracidade do credenciamento daqueles que se apresentarem como Ministros, Sacerdotes, Diáconos, Monges, anciãos, colaboradores ou representantes de igrejas e templos que exerçam papel semelhante.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que dispõe sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM PARECER CONTRÁRIO DA CSP. COM EMENDA DA CCJ. (ANEXO PROJETO DE LEI Nº 315/07). APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em discussão a emenda. Em votação. **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 760/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Comunidade Evangélica Pentecostal a Glória de Deus, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 129/08, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação as emendas da CCJ. **Aprovadas.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente dos Idosos de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/08, que propõe abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais) para aplicação na Secretaria de Estado da Educação - SEED. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emendas da CCJ. **Aprovadas.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/08, de auto-

ria do Deputado Durval Amaral, que declara de utilidade pública o Instituto INESUL de Pesquisas, Ciências e Tecnologia, com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECER DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Agradecendo a boa vontade de V. Exa., em nome da nossa Bancada do Partido Progressista e em meu nome, em nome da Deputada Cida Borghetti, do Deputado Ney Leprevost e também do Deputado Duílio Genari, amanhã é Dia do Trabalho, dia do trabalhador e da trabalhadora. A nossa Bancada se associa à classe trabalhadora e damos integral apoio também às entidades que representam os trabalhadores e que estão pleiteando uma redução de jornada de trabalho. V. Exa. é um trabalhador.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Veja bem, Deputado Antonio Belinati, o senhor teve todo o tempo das lideranças, o seu partido teve o Horário da Liderança. Mas, compreendo V. Exa. Está aqui registrada sua posição, sua homenagem. Não há questão de ordem a decidir.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/08, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública o Grupo REVIDE - (Restaurando Vidas Da Dependência Química), com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Em discussão o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Para Encaminhar)**

V. Exa. cortou o som, mas fica nossa homenagem à classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

V. Exa. tem que encaminhar o projeto.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Para Encaminhar)**

Mas este projeto também é de um pessoal que trabalha e que presta um bom serviço, Deputado Augustinho Zucchi. Então, parabéns a todos os trabalhadores e precisamos homenagear os desempregados, pedindo que o Governo crie emprego para quem está desempregado.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Luiz

Claudio Romanelli e Ademar Traiano, que altera a legislação do ICMS, conforme especifica e adota outras providências (vestuário, têxtil e artefatos de couro). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF.**

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 115/08

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli e Ademar Traiano, propõe reduzir a cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), através da concessão de crédito presumido no valor equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do débito do imposto nas operações com artigos de vestuários, têxtil e artefatos de couro e seus acessórios produzidos por estabelecimentos industriais instalados no estado do Paraná.

O referido crédito o aproveitamento de quaisquer créditos fiscais decorrentes da aquisição de matérias primas e dos demais insumos utilizados na fabricação de seus produtos, de bens destinados a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento industrial, bem como dos serviços tomados.

Caberá ao Poder Executivo, na regulamentação desta lei, se aprovada, indicar os produtores a serem contemplados com o incentivo fiscal ora proposto, devendo ainda alterar o regulamento do ICMS do Estado.

O projeto ainda garante o aproveitamento integral do valor do ICMS assegurado às operações anteriores à Lei nº 15352 de 22/12/06, entre outras previsões específicas, desde que devidamente comprovado com documentos fiscais que comprove a efetiva operação.

A justificativa da necessidade do tratamento diferenciado a este segmento econômico quanto ao aspecto tributário proposta no projeto em análise é de proteger a economia paranaense do setor, posto que submetida a competição diferenciada, via vantagens conferidas por outros entes federados, além do problema da importação de países que praticam políticas nocivas, agravados pela valorização da nossa moeda.

Os autores ainda destacam a importância deste segmento econômico no nosso estado, o qual tem mais de quatro mil estabelecimentos industriais, o que faz o Paraná ser o quarto produtor deste setor e terceiro em números de empregos gerados.

O projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, quanto à sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, em lavra do eminente Deputado Nereu Moura.

Em reunião realizada nesta Comissão de Finanças no dia 16 de abril último este Relator apresentou parecer pela devolução do projeto aos seus autores, a fim de que

seja corrigida a aparente incongruência do texto, referente o artigo 5º que faz referência ao artigo 2º, que na realidade nada trata do assunto daquele dispositivo, bem como, considerando que a proposição veio sem qualquer estudo de impacto financeiro-orçamentário, neste período em que fosse corrigida a impropriedade acima mencionada também fosse apresentado o estudo que atenda a exigência do artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/00). No entanto, por convenção dos membros desta Comissão naquela reunião decidiu-se encaminhar primeiramente pedido de informações do referido impacto financeiro-orçamentário à Secretaria de Estado da Fazenda. Em que pese ter sido encaminhado o pedido no mesmo dia, até a presente data o referido estudo ainda não foi concluído pelo órgão competente daquela Secretaria de Estado, nem os autores apresentaram qualquer contribuição, nem mesmo quanto ao erro material denunciado no artigo 5º da proposta.

Tendo em vista pedido dos autores, volta à pauta o presente projeto para receber parecer desta Comissão, sob argumento de que há entendimento político - tanto da Situação, como da Oposição nesta Casa, bem como o próprio Executivo Estadual - na tramitação da proposição e atendimento do pleito deste segmento econômico.

Voto do Relator

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (Regimento Interno, artigo 33, parágrafo 3º).

A aprovação de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, acarretando renúncia de receita, está sujeita ao cumprimento do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, assim como sua compatibilidade com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e o atendimento de pelo menos uma de duas condições alternativas.

Uma condição é que os proponentes demonstrem que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implementadas tais medidas.

Tendo em vista que a iniciativa não veio acompanhada de nenhum estudo, nem há até a presente data resposta do ofício encaminhado à Secretaria da Fazenda,

cujo Protocolo sob nº 9936489-0, encontra-se na Inspeção Geral de Tributação da Coordenadoria da Receita do Estado (CRE-IGT), resta a este Relator, para não sobressair ainda mais o feito, e considerando que o parecer desta Comissão não é terminativo, relatar a proposição nas condições em que se encontra.

Em que pese a inadequação técnica da proposição, tem-se conhecimento informal que a renúncia fiscal ora proposta não afetará as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias do Estado.

Trata-se, portanto, de uma soma de recursos tributários que o estado pode absorver.

Ademais, o entendimento político antes mencionado sobre a presente proposição se fundamenta basicamente pelo fato da existência de legislação em outros estados da federação, concedendo incentivos equivalentes, além da relevância da matéria para fins da economia paranaense, o que impõe a imediata aprovação do projeto.

Certo é que a redução do tributo, via crédito estimado, produzirá aumento de competitividade das empresas dos setores incluídos no presente projeto, o que resulta em aumento ou ao menos manutenção de empregos destes setores, o que demonstra ser meritória a proposta e merece nosso apoio.

Nossa preocupação é que se garanta essa redução do custo que ora é colocada como uma vantagem desse projeto, e assim se espera também a redução dos preços com esta renúncia fiscal.

Propomos uma emenda ao projeto no sentido de corrigir o erro na redação do texto do projeto, vez que no artigo 5º do projeto há referência ao previsto no artigo 2º, o que não corresponde, mas sim ao artigo 4º, onde, de fato, se faz referência a aproveitamento integral de ICMS no caso específico consignado neste dispositivo. Portanto, a emenda é corretiva, pois se trata de erro material (de digitação), para alterar no artigo 5º do projeto, onde faz-se referência ao artigo 2º, na verdade a referência é ao artigo 4º.

Assim somos pela tramitação do projeto, para não impedir a votação da matéria, embora não haja na proposição em apreço a observância das regras gerais de finanças públicas e de natureza tributária, especialmente as reclamadas pelo artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e nem sequer a limitação do benefício fiscal pelo prazo de cinco anos, mas registramos aqui nosso voto para que o estado ainda seja juntado ao feito, o que estaremos acompanhando ao longo dos próximos passos das votações da proposição.

Oportuno ainda reivindicar o aperfeiçoamento dos procedimentos desta Comissão na tramitação das proposições, com a sua padronização técnica, e para tanto se propõe uma reunião dos membros desta Comissão com a Coordenadoria da Receita do Estado, a fim de obter respostas de estudos daquele órgão.

Ante este aspecto, somos pela tramitação do projeto, vez que louvável quanto ao seu mérito, e conside-

rando que o parecer não é terminativo, em que pese sermos pela inadequação financeira e orçamentária, mas, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA MODIFICATIVA DE REDAÇÃO AO
PROJETO DE LEI Nº 115/08

Corrige-se o erro material inserto no artigo 5º do presente projeto de lei, a fim de se modificar a referência equivocada no artigo 2º, quando se pretende referir ao artigo 4º da proposição, passando o artigo 5º ter a seguinte redação:

“Art. 5º Para fins de aproveitamento do crédito do ICMS integral previsto no artigo 4º desta lei, deverá o estabelecimento paranaense manter documentação que comprove a efetividade da operação (aquisição ou transferência).” (sublinhe-se a modificação).

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 01, AO
PROJETO DE LEI Nº 115/08

Altera a redação do artigo 4º, do Projeto de Lei nº 115/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Ademair Traiano, Nelson Justus e Luiz Claudio Romanelli, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Ao estabelecimento paranaense que realizou operações anteriores a Lei nº 15352 de 22/12/06, de aquisições ou transferências de couro salgado, couro wet blue, couro semi acabado, couro acabado e malha retilínea e malha plana, oriundos dos estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e São Paulo, fica garantido o aproveitamento integral do valor do ICMS destacado nos documentos fiscais (Nota Fiscal)”.

Sala das Sessões, em 30/04/08.

(a) JOCELITO CANTO

Apoioamento:

Beti Pavin, Dr. Batista, Péricles de Mello e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O estado do Paraná, nos últimos anos, tem se destacado na produção de vestuário, representando tal fato, incremento econômico para vários municípios. Para tanto, é importante que tal produção seja incentivada cada vez mais, sendo papel do estado proporcionar tais incentivos na forma de minoração da carga tributária e a

consequência disso será o aumento de empregos e circulação de renda.

O projeto será encaminhado à CCJ, para apreciação.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação Os Seresteiros de Maringá, Cidade Canção, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública a Associação Iguaçuense de Artes Marciais Kuk Sool Wan - HAP.KI.DO - Academia Tigre, com sede e foro no município de Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/08, de autoria do Deputado Ademair Traiano, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Leocádio José Correia, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/08, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores da Vila América, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 906, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Este requerimento é para tentar trazer a informação a nós sobre a situação, dentro do município de Ponta Grossa, com relação às escolas estaduais. Temos informações passadas por pessoas que trabalham na área e que

mostram e apontam que o município de Ponta Grossa está arcando com o transporte escolar de alunos de colégios estaduais, porque dentro do quadro urbano de Ponta Grossa tem vários bairros da cidade que não têm escolas estaduais, e o transporte é feito, é pago pelo município. E queremos saber se o Governo do Estado vai construir, tem projetos para construir escolas estaduais nestes bairros onde não existem.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, até para poder desfazer o mal compreendido, mal entendido, fruto da explicação, inclusive, do Deputado Plauto Miró Guimarães, entendo que é salutar e saudável o Deputado Plauto se aprofundar neste tema da Educação em Ponta Grossa. Quero encaminhar favoravelmente à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 948, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Olha, estou satisfeito em saber que a Liderança do Governo vai liberar a Bancada para a aprovação desse importante requerimento que vai dar ciência aos cidadãos paranaenses de quanto a SANEPAR lucra, ou qual é o faturamento líquido e bruto da SANEPAR em todo o estado do Paraná. E quero agradecer também ao Diretor da SANEPAR, Sr. Natálio Stica, que esteve presente na Audiência Pública na cidade de Ponta Grossa e que disse que a SANEPAR não é uma caixa preta, que vai inclusive liberar os números desses documentos a respeito do faturamento da SANEPAR.

Agradeço muito.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, vou encaminhar favoravelmente esse requerimento, aliás, gostaria que fosse inclusive detalhado município por município. O sistema da SANEPAR é um sistema por repartição, e por óbvio ele tem uma política, a nossa política não só tarifária, mas especialmente a que envolve o próprio sistema de abastecimento de água, tratamento de água e também de esgotamento sanitário. Ele envolve uma lógica de subsídio cruzado. Certamente o sistema de Ponta Grossa subsidia os sistemas da região dos campos gerais, como de outras regiões. É interessante essa transparência, sou favorável plenamente, é isso mesmo, está corretíssimo o Diretor Natálio Stica, nosso ex-Deputado Estadual. A SANEPAR não é uma caixa preta, ao contrário, tem que ter absoluta transparência em relação a tudo, e especial-

mente em relação ao que envolve o faturamento bruto, o quanto é o resultado em relação ao que envolve o faturamento bruto, o quanto é o resultado líquido.

V. Exa. e o Deputado Marcelo Rangel vão poder estudar o tema e vamos aqui verificar o seguinte: que esse discurso, não de V. Exa., mas de muitas pessoas, é um tigre de papel, que quando você vai verificar como que funciona o sistema, se verifica mesmo como é um equilíbrio, os investimentos que são feitos são fundamentais, e ao mesmo tempo vamos ter surpresa, por exemplo, V. Exa. vai descobrir que de toda a tarifa de esgoto que a SANEPAR arrecada em Curitiba, ela passa em dinheiro líquido por mês para a Prefeitura de Curitiba 5%, e os curitibanos não sabem disso, que pagam 5% a mais, que é uma espécie de imposto indireto que é pago para Curitiba. Agora, isso é fruto do quê? De contratos.

Estou dizendo isso porque esses temas, é como eu digo que temos que discutir as políticas públicas, elas têm que ser discutidas em profundidade, como por exemplo quando o Governador Requião se recusou a conceder à SANEPAR a possibilidade de promover um reajuste da tarifa, dizendo antes o seguinte: “SANEPAR, você tem que otimizar aquilo que está instalado para poder chegar claro no momento e dizer: agora é necessário, sim, se promover um reajuste. Antes elevar o faturamento pela possibilidade, de fato, de fazer com que o sistema tenha 100% de otimização”. Esse é o tema.

Então, entendo que esse requerimento pode, sim, aprofundar a discussão e fazer com que possamos avançar mais nessa discussão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, essa questão que envolve a água no estado do Paraná, o Deputado Romanelli cita o caso de Ponta Grossa, é importante dizer que a água de Ponta Grossa e o saneamento recentemente houve um contrato, foi feito um contrato. Uma pena que não houve manifestação de algumas pessoas, porque o momento ideal para se resolver o problema da água e do esgoto de Ponta Grossa era exatamente naquele momento em que a Prefeitura de Ponta Grossa concedeu à SANEPAR o direito de mais tantos anos para continuar gerindo o sistema de água de Ponta Grossa. É uma pena que isso não tenha ocorrido, porque agora já existe um contrato, e é bom sempre dizer ao povo que contrato quando é feito dificilmente se consegue mexer, está aí o pedágio, estão aí outros contratos e no passado não se viu manifestações de pessoas que queriam trabalhar a questão da água em Ponta Grossa.

Realmente o Deputado Romanelli tem razão, a cidade de Ponta Grossa subsidia muitas cidades em volta, pelo lucro que a SANEPAR dá em Ponta Grossa. E nesse contrato novo, feito pelo município de Ponta Grossa, existem algumas coisas muito boas que foram discutidas rapidamente, e a SANEPAR conseguiu ficar mais 30 anos com a água e o esgoto de Ponta Grossa. Na época debatemos esse tema, dizendo que era preciso ter muita cautela.

Enfim, já posso concordar com o Deputado Romanelli. Meu voto é favorável.
Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 969, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 972, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 973, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 974, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. **À Mesa Executiva.**

Requerimento nº 971, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 795/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 760/07; 075, 079, 095, 111, 136 e 141/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 077, 097, 127 e 149/08.

Levanta-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 042

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	31
Presenças.....	31
Abertura da Sessão	31

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

1ª Discussão 32

Encerramento da Sessão 35

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT..... 35

DIÁRIO Nº 042

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Chico Noroeste.

Presenças:

Às treze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Pércles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Accorsi, Artagão Júnior, Duílio Genari, Elio Rusch,

Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins e Reni Pereira e Ribas Carli Filho (11).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Nishimori (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara a aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há expediente a ser lido nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal, mas antes disso quero passar a presidência ao nosso eminente Presidente, Deputado Nelson Justus.

Discussão/Votação

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 206/08, que cria os cargos de provimento em Comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, alterando o Anexo II da Lei nº 14807, de 20/07/05, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 029/08, de 07/04/08, em Ofícios).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 134/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, pretende dispor sobre a criação de 190 cargos de assessor de Juiz de Direito, de provimento em Comissão, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Fundamentação

Iniciando o estudo, devemos destacar o que prevê a Constituição Estadual sobre a iniciativa das leis, ato este que confere o impulso necessário à atuação do órgão legislativo competente. Vejamos o que estabelece o artigo 65 da Constituição Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Conforme podemos constatar com a leitura do artigo acima citado, a Constituição Estadual estabelece expressamente que o Tribunal de Justiça do estado, através de seu Presidente, possui o poder de iniciativa legislativa.

Pois bem, devemos lembrar que no Brasil, via de regra, as Constituições sempre previram a possibilidade de agentes estranhos ao Legislativo iniciarem o processo de elaboração normativa, porém, é claro que somente detém o poder de iniciativa legislativa os órgãos e agentes contemplados na Constituição.

A Constituição Federal, mais precisamente em seu artigo 125, estabelece que a lei de organização judiciária é de iniciativa do Tribunal de Justiça, e que a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado. Vejamos:

Art. 125. Os estados organizarão sua Justiça, observados os princípios nesta Constituição.

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça. (grifos nossos)

Conforme estabelece a Constituição Federal no artigo acima citado, a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, e, foi isso que fez a Constituição Estadual em seu artigo 101. Vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

a) a alteração do número de seus membros;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal; (grifos nossos)

Ainda, nessa mesma esteira, estabelece o artigo 96 da Constituição Federal que compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça, propor ao Poder Legislativo a criação de cargos. Vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no artigo 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (grifos nossos)

Dessa forma, analisando os artigos supracitados, entendemos que o Tribunal de Justiça do Estado possui iniciativa legislativa, uma vez que a Constituição estabelece a ele atribuições, dentre elas, a de propor à Assembleia Legislativa projetos de lei que disciplinem sobre a criação de cargos.

No entanto, ressalta-se, que a iniciativa do Tribunal de Justiça é restrita as matérias afetas à própria instituição, uma vez que se trata de uma estrutura totalmente independente nas prerrogativas de sua organização, de sua estrutura interna, da definição do seu quadro de pessoal e da criação dos respectivos cargos.

Trazemos assim, precedentes do Supremo Tribunal Federal, que, ratifica nossos argumentos. Vejamos:

ADI-MC 865/MA - Maranhão - Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade

Relator (a): Ministro Celso de Mello

Julgamento: 07/10/93 - Tribunal Pleno

Publicação: DJ 08/04/94 PP-07225

Ementa: ADIN - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (artigo 87 e parágrafo único; artigo 88 e parágrafos; artigo 89 e parágrafo único) - Serventias Judiciais e Extrajudiciais - Matéria de

Organização Judiciária - Iniciativa reservada ao Tribunal de Justiça - Processo Legislativo - limites da atuação parlamentar - emendabilidade dos projetos de lei em tema de organização judiciária - a questão do artigo 236 da Constituição Federal - Ausência de plausidade jurídica do pedido - medida cautelar indeferida - A cláusula constitucional que confere exclusividade ao Tribunal de Justiça para instaurar o processo legislativo em tema de organização e divisão judiciárias do estado não impede os Parlamentares de oferecerem emendas ao correspondente projeto de lei. O poder de emendar, que não constitui derivação do poder de iniciar o processo de formação das leis, e prerrogativa deferida aos Parlamentares, que se sujeitam, quanto ao seu exercício, apenas as restrições impostas, em "*numerus clausus*", pela Constituição Federal - o projeto de lei sobre organização judiciária pode sofrer emendas parlamentares de que resulte, até mesmo, aumento da despesa prevista. O conteúdo restritivo da norma inscrita no artigo 63, II, da Constituição Federal - que concerne exclusivamente aos serviços administrativos estruturados na Secretaria dos Tribunais - Não se aplica aos projetos referentes a organização judiciária, eis que as limitações expressamente previstas, nesse tema, pela Carta Política de 1969 (artigo 144, parágrafo 5º, *in fine*), deixaram de ser reproduzidas pelo vigente ordenamento constitucional. A ausência da lei nacional reclamada pelo artigo 236 da Constituição não impede o estado-membro, sob pena da paralisação dos seus serviços notariais e registrais, de dispor sobre a execução dessas atividades, que se inserem, por sua natureza mesma, na esfera de competência autônoma dessa unidade federada. A criação, o provimento e a instalação das serventias extrajudiciais pelos estados-membros não implicam usurpação da matéria reservada a lei nacional pelo artigo 236 da Carta Federal.

Observação

Votação: unânime.

Resultado: indeferida.

Portanto, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, não nos resta nenhuma dúvida acerca da legitimidade da proposição legislativa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, pois, conforme estabelece a ADIN acima transcrita, a cláusula constitucional que confere exclusividade ao Tribunal de Justiça para instaurar o processo legislativo em tema de organização e divisão judiciárias do estado não impede os Parlamentares de oferecerem emendas ao correspondente projeto de lei.

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, não encontramos nenhuma irregularidade, uma vez que o legislador se preocupou com tal fato, pois, enviou em anexo ao projeto de lei, todas as documentações pertinentes à matéria, respeitando todos os requisitos da Lei Complementar nº 101/00.

Finalizando, gostaríamos de salientar que o artigo 6º do projeto de lei ora analisado, está em desacordo com a Lei Complementar nº 095/98, lei esta que estabelece

acerca da elaboração das leis, pois, a lei complementar em seu artigo 9º estabelece:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Portanto, o projeto de lei em análise encontra uma ilegalidade, pois em seu artigo 6º, estabelece que "ficam revogadas as disposições em contrário". Sugere-se assim, uma emenda supressiva para sanear a ilegalidade apresentada.

Conclusão

O projeto de lei apresentou-se em perfeita conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que estabeleceu todos os requisitos da Lei Complementar nº 101/00.

Ainda, sugerimos uma emenda supressiva para adequar o projeto à Lei Complementar nº 095/98, com fundamento no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno, para que os vícios sejam sanados e posteriormente o projeto de lei seja revestido de legalidade.

Diante do acima exposto, e pela constitucionalidade aferida, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 30/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 134/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º fica suprimida parte da redação do artigo 6º do Projeto de Lei nº 134/08, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação."

Sala das Comissões, em 30/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, este projeto item 01 da pauta foi aprovado na CCJ na reunião hoje pela manhã, e tivemos um entendimento com V. Exa. no sentido que aprovemos hoje ou coloquemos em discussão, que é a questão constitucional, para que possamos analisar na semana que vem, para receber o parecer da Comissão de Finanças.

No entanto, consulto V. Exa., como o projeto deve ir, caso receba emenda na segunda-feira, ele vai para a CCJ na terça e como temos a reunião da Comissão de Finanças na quarta-feira, caso ele receba alguma emenda na Comissão, como fica o procedimento? Ele retorna a CCJ ou vem a Plenário com a emenda em condições de votação?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero, Deputado Strapasson, cumprimentá-lo e agradecer pela maneira competente com que V. Exa. tem agido nesta Casa. A Comissão de Finanças tem sido uma parceria da Assembléia, da Mesa Executiva e de todos nós. Por isso, quero antes de mais nada, agradecer a maneira prática com que V. Exa. inclusive coloca essa questão.

Muito bem, vamos aprovar hoje a constitucionalidade em 1ª votação. Já sabemos que o Deputado Tadeu Veneri, hoje, na reunião da CCJ, já abriu mão de apresentar uma emenda na CCJ para apresentá-la aqui segunda-feira em 2º discussão. Aí sim, voltaremos à CCJ e à Comissão de Finanças. E aí rogo mais uma vez para que, se possível, a Comissão reúna-se na terça-feira, para que possamos na quarta-feira dar como votada esta matéria.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Devemos fazer uma reunião extraordinária na terça-feira, mas encareço a V. Exa. que somente coloquemos, creio que na Comissão de Finanças não haverá emendas, já que temos todo impacto financeiro, termo de responsabilidade em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, impacto financeiro atendendo a lei.

Caso haja alguma emenda, volta à CCJ senão vem a Plenário junto com a emenda que deverá ser apresentada segunda-feira pelo Tadeu Veneri ou outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada discussão.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual o Instituto SODETEC de Desenvolvimento Social, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 005/08, de 19/02/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 031/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto SODETEC de Desenvolvimento Social, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada

pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Asilo São Vicente de Paulo, obra unida a Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Telêmaco Borba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 026/08, de 01/04/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 123/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, obra unida a Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Telêmaco Borba/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, a correta denominação da associação que se pretende declarar de utilidade pública, é composta também pela sigla SSVP, conforme previsão do respectivo Estatuto Social. Desta forma, a fim de adequar o presente projeto à correta denominação da referida associação, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 123/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Asilo São Vicente de Paulo, obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo - SSVP, com sede e foro no município de Telêmaco Borba/PR.”

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 083/08 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07,

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15750 de 27/12/07 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 4300	2000	100	100.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3009	2000	100	30.000,00
3390 3028	2000	100	20.000,00
3390 3034	2000	100	10.000,00
3390 3948	2000	100	40.000,00
			100.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 17/04/08.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto: ALEXANDRE CURI

Primeiro Secretário

